



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA
PARFOR – PEDAGOGIA 08**

GENYGLEICE SANTOS DE SOUSA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ALUNOS COM
SÍNDROME DE DOWN: Um olhar a partir dos pais de uma escola
pública de Santo Antônio do Tauá**

CASTANHAL – PA

2018

GENYGLEICE SANTOS DE SOUSA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ALUNOS COM
SÍNDROME DE DOWN: Um olhar a partir dos pais de uma escola
pública de Santo Antônio do Tauá**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade
Federal do Pará – Campus Castanhal como parte
requisito de conclusão de curso.

Orientador: Prof. Dr. Francisco V. dos Santos Anjos

CASTANHAL - PA

2018

GENYGLEICE SANTOS DE SOUSA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ALUNOS COM
SÍNDROME DE DOWN: Um olhar a partir dos pais de uma escola
pública de Santo Antônio do Tauá**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – Campus Castanhal como parte requisito de conclusão de curso.

Orientador: Prof. Dr. Francisco V. dos Santos Anjos

Banca Examinadora:

Prof^o. Orientadora: Prof^a

Prof^o. 1^o Membro da Banca: Prof

Prof^o. 2^o Membro da Banca: Prof

CASTANHAL - PARÁ

2018

DEDICATÓRIA

A Deus por mais esta graça alcançada diante de tantas lutas, desafios, mas a vitória é certa em DEUS.

A minha família: Maria de Nazaré Pereira Santos (mãe), Manoel de Oliveira Santos (in memória) pela dedicação e amor incondicional.

A meu esposo, pela compreensão, cumplicidade e apoio nesta luta pelo conhecimento como acadêmica.

Aos meus filhos Thiago Willian e Karla Bethânia, razão da minha existência e verdadeira inspiração para mim.

A meus irmãos: Gezineia, Gideão e Gerson, pela cumplicidade.

Ao Prof^o Dr. Francisco Santos Anjos por sua dedicação, empenho e orientação em prol da construção desta pesquisa científica.

Aos professores e amigos de turma que contribuíram para o crescimento de meu conhecimento profissional.

AGRADECIMENTOS

Se encontrei o que procurava foi porque sonhei.

Se conquistei o que almejava foi porque o sonho... eu realizei!

Se o dia me faz pensar isso não vai me desanimar!

A solução, sigo procurando e por esse mundo sigo sonhando!

Cabe a mim viver, sonhar e conseguir realizar...

Nunca abandone um sonho! Abandonar um sonho é o mesmo que abandonar você! Avance sempre! E só pare quando puder comemorar sua vitória! A vida é a doce arte de transformar o impossível em realidade. Não permita que ninguém destrua os seus sonhos. Vá atrás deles, pois eles definirão o tamanho da sua vida. Avance no caminho das estrelas, fazendo e realizando.

Acredito que a realização deste trabalho não seria possível sem a colaboração de um conjunto de pessoas que de alguma forma contribuíram para a sua execução. Assim, aqui fica a minha gratidão:

À meu pai Manoel de Oliveira Santos (in memória), que me ajudou a ver o mundo com outros olhos... Aqueles que veem que a diferença não é um obstáculo inultrapassável. Viverão sempre no meu coração!

Ao meu orientador Prof^o Dr. Francisco Santos Anjos, pelo seu saber, orientação, disponibilidade e paciência para com minhas limitações.

Ao meu marido, verdadeiro pilar na minha vida, pelo seu amor, compreensão e paciência.

A toda a minha família, que, cada um à sua maneira, sempre me apoia em todos os projetos em que me envolvo.

A todas as pessoas anónimas cheias de valor, que me ajudaram e não aparecem aqui referidas.

Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitem de reconhecer as suas habilidades.

Hallahan & Kauffman

RESUMO

Este trabalho teve como tema “Alfabetização e Letramento de alunos com síndrome de Down: um olhar a partir dos pais de uma escola pública de Santo Antônio do Tauá”. Para isso, se propôs como objetivo geral: Analisar, segundo o discurso dos pais de alunos portadores da Síndrome de Down, se durante o processo de alfabetização e letramento esses estudantes tem obtido êxito social e na aprendizagem na escola. Como objetivos específicos: Avaliar, no relato dos pais sujeitos de nossa pesquisa, se os procedimentos metodológicos postulados por eles são compatíveis para serem desenvolvidos com os alunos portadores da Síndrome de Down; Discutir o processo de alfabetização e letramento de alunos com Síndrome de Down, com base no trabalho de autores da área da educação inclusiva; Verificar se os pais dos alunos enfrentam algum problema com algum dos profissional que trabalham na escola? A pesquisa é caracterizada como bibliográfica, de campo. Como procedimentos metodológicos se deram de forma qualitativa, do tipo descritivo, com a técnica de coleta de dados onde se utilizou questionários, aplicado a 03 (três) pais de alunos Down, em uma entrevista semiestruturada. Os autores foram: Goulart (2005/2006), Kleiman (2008), Machado (2011), Mantoan (2003/2005/2006), Rodrigues (2006), Mazzotta (2011), Motta (2009), Sasaki (2010), Soares (2004/2008/2009/2010), dentre outros, foram imprescindíveis para conhecer a temática. Conclui-se com a pesquisa que sujeitos que afirmam que com o uso de atividades práticas de caráter lúdico, estimulam o gosto do aluno pela aprendizagem e automaticamente para a sua alfabetização, que pode ser explorada por maior parte dos sentidos sensoriais, e ao mesmo tempo, tornar maior a porta de entrada do mundo exterior, facilitando a interpretação do cérebro no processo cognitivo do Down.

PALAVRAS-CHAVES: Alfabetização, Letramento, Down.

ABSTRACT

This work had the theme "Literacy and Literacy of students with Down syndrome: a look from the parents of a public school in Santo Antônio do Tauá". For this, it was proposed as a general objective: To analyze, according to the discourse of the parents of students with Down Syndrome, if during the process of literacy and literacy these students have achieved social success and in school learning. As specific objectives: To evaluate, in the report of the subjects parents of our research, if the methodological procedures postulated by them are compatible to be developed with the students with Down Syndrome; To discuss the process of literacy and literacy of students with Down Syndrome, based on the work of authors in the area of inclusive education; Check if the parents of the students have any problems with any of the professionals working at the school? The research is characterized as bibliographical, field. As methodological procedures were given in a qualitative way, of the descriptive type, with the technique of data collection where questionnaires were used, applied to 03 (three) parents of Down students, in a semi-structured interview. The authors were: Goulart (2005/2006), Kleiman (2008), Machado (2011), Mantoan (2003/2005/2006), Rodrigues (2006), Mazzotta (2011), Motta (2009), Sasaki 2004/2008/2009/2010), among others, were essential to know the theme. It concludes with the research that subjects who affirm that with the use of practical activities of a playful character, stimulate the students' taste for learning and automatically for their literacy, which can be explored by most sensory senses, and at the same time, to make greater the entrance door of the outside world, facilitating the interpretation of the brain in the cognitive process of the Down.

KEY WORDS: Literacy, Literacy, Down.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	09
II. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Direitos Humanos e Inclusão Social	15
2.2. Inclusão Escolar: debate contemporâneo	19
2.3. A Síndrome de Dawn: debate teórico conceitual	25
2.4. As pesquisas sobre síndrome de Dawn	29
3. LETRAMENTO: PROCESSO DE LETRAMENTO NA INFÂNCIA	32
3.1. Modelos de Letramento.....	37
3.2. Letramento e Educação	39
III. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	43
3.1. Características das famílias e indivíduos com síndrome de Dawn	43
3.2. Processo de Letramento no contexto social	49
3.3. A relação entre a escola, a família e os indivíduos com síndrome de Dawn.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE	

I. INTRODUÇÃO

Com as constantes mudanças sociais e a geração de novos conhecimentos, surge na educação uma nova palavra “letramento”. Esse termo vem com objetivo de ampliar o ato de alfabetizar, de inserir no ato educativo um sentido social de aprender a ler e a escrever. Diante dessa ampliação, o processo de alfabetizar o aluno Down, está além de ensinar habilidades de codificação e decodificação do sistema alfabético, abrange o domínio dos conhecimentos que permitem o uso dessas habilidades nas práticas sociais.

O letramento começa muito antes de a criança pegar um lápis ou conhecer as letras e as formas de escrever. A partir de suas vivências cotidianas com a família, com a sociedade ou com seus pares, os pequenos participam de tal prática de maneira intensa, através de situações diversificadas e no contato com materiais escritos em lugares diversos e de variadas formas.

Nesse caso, o trabalho que me proponho desenvolver com o tema refere-se à relação entre “Alfabetização e Letramento de alunos com síndrome de Down: um olhar a partir dos pais de uma escola pública de Santo Antônio do Tauá”, pois entendo que a importância da alfabetização e letramento de alunos com síndrome de Down é de uma importância considerável, e está relacionada com minha busca constante de educadora, uma vez que a afinidade entre esses aspectos me ajuda consideravelmente a entender e pôr em prática no processo ensino e aprendizagem do aluno Down.

Sabe-se que nas escolas inclusivas todos os alunos devem aprender juntos, e para isso é fundamental que se desenvolvam processos de adaptação perante os vários estilos e ritmos de aprendizagem. E as crianças com Síndrome de Down apresentam apenas um ritmo de aprendizagem mais lento e, portanto, precisam de um currículo mais diluído e práticas diferenciadas. Elas têm, em geral, um perfil de aprendizagem específico com pontos fortes e fracos característicos. Possuir um conhecimento efetivo dos fatores que facilitam e inibem a aprendizagem, isso permite aos professores planejar e pôr em prática atividades relevantes e significativas e programas de trabalho sempre em parceria com os pais. O perfil de aprendizagem característico e os estilos de aprendizagem de uma criança com

Síndrome de Down, bem como as suas necessidades individuais e variações do perfil devem, portanto, ser considerados.

Diante disso, o motivo da escolha do referido tema se dá, pois como educadora durante a observação no contexto de sala de aula, pude constatar as dificuldades no processo de alfabetização dos alunos com Síndrome de Down na escola em Santo Antônio do Tauá. Todavia, ainda se atribui aos pais uma grande parcela de responsabilidade pela educação dessas crianças. Assim, aos pouco fui me identificando, desejando e vendo a necessidade de aprofundamento com o assunto, por entender que é muito importante para diminuir o número de fracassos escolares ou então proporcionar um aprendizado mais significativo, completo e dinâmico a todos eles em período escolar. Este interesse também nasceu ao pensar até que ponto os pais veem o desenvolvimento da alfabetização e letramento de alunos com Síndrome de Down com sucesso dos mesmos no contexto escolar.

Ao longo dos anos, têm-se presenciado a mudanças substanciais na atitude dos pais e no interesse pela educação dos filhos com Síndrome de Down.

Atualmente, estes indivíduos residem, convivem e participam nas atividades da família, da comunidade, fato este que vem permitir que os pais obtenham mais conhecimento sobre a questão e saibam lidar com ela. Mas se, por um lado, a sua maior acessibilidade facilita esse conhecimento, também, por outro lado, ao multiplicarem-se as variáveis ambientais da integração social, que são tão diferentes e vezes difíceis de administrar, torna-se mais complicado realizar um bom trabalho de alfabetização e letramento sem o apoio dos pais. Isto significa que é um grande percurso que se tem em diante, se se quiser detectar quais as particularidades e as características específicas de como fazer isso para esse aluno com síndrome de Down, bem como se expressam essas características em função dos seus aspetos biológicos e do desenvolvimento de sua aprendizagem, é preciso investir em um trabalho diferenciado que respeite seus limites, particularidades e peculiaridades. Só assim se conseguirá fazer com que a alfabetização e o letramento sejam ensinado a estas crianças, para que se sintam-se felizes.

Destaca-se a importância de poder refletir o que os autores pensam e têm como argumentos em relação ao tema.

Acredita-se, que a temática tem um significado bastante importante em valorizar a participação dos pais na educação dos filhos Down na escola, visto que,

estas Instituições são responsáveis em formar cidadãos que contribuirão significativamente no desenvolvimento das ações pedagógicas, através de discussão, promovendo encontros e outras ações positivas aos pais. Toda ação proposta será necessária para conhecê-los e a comunidade em que a escola está inserida.

Além disso, foi durante nossa convivência e experiência tanto na docência como aluna no PARFOR ao estudar o contexto e perceber que os alunos Down precisam de apoio mais frequente dos pais para o acompanhamento nas atividades escolares, e os pais precisam também ser compreendido em sua realidade para não apenas cobrar a ausência deles no processo ensino-aprendizagem sem dar uma orientação, atenção, apoio e direcionamento as questões na escola junto com eles.

Diante dessa problemática é que nos propomos a apresentar alguns resultados para os seguintes questionamentos: **De que maneira acontece o processo de alfabetização e letramento de alunos com Síndrome de Down, segundo os pais desses alunos? Será que a metodologia utilizada pelo professor contempla o processo de alfabetização do Down em sua perspectiva de inclusão, segundo a visão dos pais?**

Considera-se, então, os autores que tratam sobre o tema e que também apresentam aspectos fundamentais relacionados à alfabetização e letramento de alunos com Síndrome de Down que são: Goulart (2005/2006), Kleiman (2008), Machado (2011), Mantoan (2003/2005/2006), Rodrigues (2006), Mazzotta (2011), Motta (2009), Sasaki (2010), Soares (2004/2008/2009/2010), dentre outros.

Destaca-se como objetivo geral: Analisar, segundo o discurso dos pais de alunos portadores da Síndrome de Down, se durante o processo de alfabetização e letramento esses estudantes tem obtido êxito social e na aprendizagem na escola.

Como objetivos específicos: Avaliar, no relato dos pais sujeitos de nossa pesquisa, se os procedimentos estratégicos-metodológicos postulados por eles são compatíveis para serem desenvolvidos com os alunos portadores da Síndrome de Down; Discutir o processo de alfabetização e letramento de alunos com Síndrome de Down, com base no trabalho de autores da área da educação inclusiva; Verificar se os pais dos alunos enfrentam algum problema com algum dos profissional que trabalham na escola?

Nessa perspectiva, justifica-se esta pesquisa, pois se acredita que é importante os pais posicionarem-se sobre a educação de seus filhos e poderem

caminhar juntas em busca de uma educação voltada para garantir o sucesso e a permanência do aluno na escola.

Assim, entende-se que escola e os pais precisam desse elo de ligação, onde a escola não pode se responsabilizar pela educação do aluno sozinho, porém, sabe-se que o apoio dos pais é essencial no desempenho do educando.

A pesquisa é caracterizada como bibliográfica e de campo. No que se refere aos aspectos metodológicos utilizou-se questionários, aplicados ao público-alvo que foram 03 (três) pais de alunos. Sendo assim, o estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa, do tipo descritiva.

Os dados foram coletados a partir da técnica de entrevista semi-estruturada, que direcionou perguntas abertas e fechadas. A análise e interpretação de dados se deram a partir da transcrição das respostas dadas nas entrevistas.

A metodologia da pesquisa foi bibliográfica “elaborada a partir de material publicado, como: publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”. (GIL, 2008, p.124)

O levantamento das informações, a análise e a interpretação dos dados pesquisados se deram através da investigação qualitativa descritiva, onde os dados foram analisados. Lüdke e André (2004, p.12) destacam que na pesquisa qualitativa, o processo, as perspectivas observadas são mais importante do que o produto, considerando os diferentes pontos de vista, o que permite o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo.

A análise e interpretação dos dados se deram através da investigação qualitativa descritiva, onde (...) os dados são recolhidos em forma de palavras ou imagens e não números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. (...) tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, a forma em que estes foram registados ou transcritos. (BOGDAN & BIKLEN, 2010, p. 48)

As arguições constam de diferentes contextos de pesquisa, vão de Google Acadêmico a Plataformas Científicas. Foram utilizados textos de conferência, artigo, artigos de livros e revistas impressas e eletrônicas de autores já estudados no curso de Pedagogia, em formações, cursos, palestras e outros materiais que abordam o tema.

Diante disso, os resultados que se pode alcançar com este trabalho são muitos, inclusive a motivação no campo social, uma vez que se pode realizar

atividades diversificadas na escola com o objetivo de esclarecer e conscientizar as famílias do seus direitos e deveres na e para a escola e seus filhos. E ainda pela divulgação do trabalho, pois pode ajudar outras pessoas a interessarem-se pelo mesmo.

Partindo desse pressuposto, este estudo é relevante pelo fato de o tema suscitar reflexões e pode formar um vínculo de respeito, onde cada instância responde pelo seu papel.

Também tem sua relevância para a academia no sentido de contribuir para com pesquisas futuras por se considerar que o trabalho tem um significativo contexto para a relação contemporânea, sem necessariamente atribuir responsabilidade total pela aos pais, nem a escola, mas as duas. Bem como para a minha formação, uma vez que a aprendizagem possui extrema influência do meio, posto que boa parte dos conhecimentos e habilidades por mim adquiridas, são resultados da assimilação das experiências acumuladas no processo social, durante o curso de Pedagogia.

A relevância desta para a escola e a comunidade do Tauá e outras pessoas em geral do município de Santo Antônio do Tauá, será em relação ao fortalecimento de ações que podem conscientizar e estimular primeiramente os pais, e em seguida toda a comunidade escolar, da necessidade de investir em projetos que priorize o fortalecimento e a importância da participação dos pais de alunos portadores da Síndrome de Down na escola.

A importância no campo político, porque a pesquisa é antes de tudo uma ação pedagogia e, dessa forma, estará inserida em uma dupla perspectiva, a educação entendida como prática filosófico-histórico-social e de uma perspectiva crítica e transformadora para o espaço escolar com alunos Down.

E, para a educação, por ser uma pesquisa científica que aborda contextos da literatura, que podem fortalecer ações pedagógicas no contexto da importância da alfabetização e letramento para os alunos portadores da Síndrome de Down, pois propicia interação entre teoria e prática. Assim, espera-se que essa pesquisa, possa contribuir de forma gradativa, ao mesmo tempo em que os pais conscientizem-se de seu papel e responsabilidade no processo.

A organização do trabalho, está posta em itens onde no primeiro inicia-se apresentando a introdução do estudo, que comporta a contextualização do problema, os objetivos do estudo e a sua pertinência a partir de todos os aspectos

que direcionam a pesquisa acadêmica, e o trabalho está estruturado da seguinte maneira e sequência:

No segundo item aborda-se o referencial teórico, onde se reflete sobre os “Direitos Humanos e Inclusão Social, Inclusão Escolar: debate contemporâneo, a Síndrome de Down: debate teórico conceitual, e as pesquisas sobre síndrome de Down”. Trata-se ainda sobre Letramento: Processo de Letramento na Infância: Modelos de Letramento e Letramento e Educação.

No terceiro item, descreve-se a apresentação e análise dos dados considerando os aspectos: Características das famílias e indivíduos com síndrome de Down; Processo de Letramento no contexto social e A relação entre a escola, a família e os indivíduos com síndrome de Down.

O resultado da pesquisa pode alcançar o campo social, uma vez que a divulgação do trabalho ajudará outras pessoas a interessarem-se pelo mesmo. Me ajudará também no campo emocional, uma vez que como acadêmica, há momentos que me indago, será que estou realmente chegando ao final deste sonho. Me sensibilizo, pois não é fácil estudar, trabalhar, ser profissional, mas o SENHOR não tem me faltado em me fazer ter confiança para atingir este objetivo.

No campo político, porque a pesquisa é antes de tudo uma ação da pedagogia e, dessa forma, está inserida em uma perspectiva de educação entendida como prática social, crítica e transformadora. A escola deve estar atenta aos pais de cada educando porque e tanto ela quanto eles devem participar do processo ensino aprendizagem a escola, portanto, tem que estar também interligados com a comunidade buscando seus saberes, valores, interesses culturais, sociais, políticos e econômicos.

Por fim, as considerações finais onde se apresenta a nossa visão em relação ao averiguado sobre a alfabetização e letramento de alunos com Síndrome de Down na escola. As últimas páginas serão dedicadas aos apêndices que consideramos pertinentes.

II. REFERENCIAL TEÓRICO

Toda produção de conhecimento demanda a relação direta entre o autor e a produção teórica de uma dada área para que possa estabelecer interlocuções entre esses referenciais, e os dados a partir de processos de interpretação e análise dos

mesmos. Nesses termos, passamos a apresentar as bases teórico-conceituais que subsidiam o estudo aqui proposto.

2.1. Direitos Humanos e Inclusão Social

Ao iniciar uma nova visão de educação para pessoas com deficiência em 1994, foi promovida pelo governo da Espanha em parceria com a UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que resultou em um dos documentos mais importantes para a promoção da educação Inclusiva em todo o mundo, intitulada Declaração de Salamanca, na cidade de Salamanca, na Espanha, em Junho de 1994, com o apoio da UNESCO e do Governo Espanhol, construída e referendada por mais de 300 participantes, representados por 92 países e 25 organizações mundiais, onde norteou caminhos e atitudes para se desenvolver uma educação de qualidade para todos os indivíduos com o objetivo de:

Promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando realmente as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades especiais. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5).

A Declaração de Salamanca é um documento que se constitui um marco na luta pela inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Explicita um compromisso internacional com o direito de todas as crianças à educação, já proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirmado pela Declaração sobre Educação para todos. Indica a necessidade e a urgência de garantir ensino à todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no sistema comum de educação e que “as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras” (1994, p.6).

Percebe-se na colocação que essas crianças antes segregadas e discriminadas passam a ser reconhecidos como pessoas que necessitam de respeito e educação de qualidade, com isso observa-se que depois da aplicação de algumas leis desenvolvidas e aceitas por países e entidades mundiais, essa situação se modifica ao passar do tempo, o que não significa que todos os desafios oriundos da inclusão tenham sido sanados.

Em se tratando do processo de inclusão, as políticas educacionais têm fundamento no princípio da igualdade de direito entre as pessoas, tem como objetivo uma educação de qualidade para todo, sem discriminação e respeitando acima de tudo as diferenças individuais e, dessa forma, garantindo não só o acesso a essa educação, mas também, a permanência desses indivíduos até a sua formação.

O fato que vem modificar o cenário da educação mundial com a Declaração de Salamanca, pois a mesma aponta aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. A declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais. De acordo com a declaração, os princípios por ela defendidos é que as escolas e seus projetos pedagógicos se adequem as necessidades dos indivíduos nela matriculados, de acordo com a Declaração de Salamanca (art. 11º, p 13) “o planejamento educativo elaborado pelos governos deverão concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas”.

Desta forma, uma escola que segue os princípios da inclusão deve ter por função a promoção da convivência entre as pessoas consideradas normais e as que apresentam necessidades educacionais especiais. Nesse sentido:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. pp. 17-18).

Diante do exposto, se percebe que a Declaração de Salamanca iguala os direitos de todos os indivíduos no que se refere à educação de qualidade. Na sua escrita a declaração se inicia com a seguinte ideia.

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que

melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. pp. 5-6).

Segundo a Declaração de Salamanca, (1994), o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, por meio de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. pp. 11-12).

Com o movimento de Inclusão escolar tais direitos foram retomados, em especial a partir do preconizado na Constituição Federal de 1988. O aluno portador de necessidades especiais possui direitos inerentes à vida, a educação e ao seu desenvolvimento social no meio em que está inserido sem prejuízo, ou discriminação, conforme afirma a lei:

[...] Prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a educação o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

No Brasil os sistemas educacionais federais, estaduais e municipais e escolas da rede privada, têm empreendido esforços no sentido de operacionalizar os dispositivos legais que exigem ou amparam iniciativas em direção à inclusão escolar, embora a legislação ainda seja pouco conhecida até mesmo pelos professores.

Em março de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, onde os países relembram que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”. Declaram, também, entender que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sendo um elemento que “pode contribuir para conquistar um mundo mais solidário,

mais humano e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional”. Com esta declaração, o Brasil assumiu o compromisso de erradicar o analfabetismo; e universalizar o ensino fundamental no país. E os países ligados as Nações Unidas buscar garantir a democratização da educação, independentemente das diferenças particulares dos alunos. Foi a partir desta conferência que o movimento da educação inclusiva começou a tomar força e se definir enquanto tal.

Este marco legal reafirma que a educação inclusiva não se refere apenas às pessoas com deficiência e sim a todas que tenham necessidades educacionais especiais de caráter temporário, intermitente ou permanente. Conceituação abrangente, ambiciosa e instigadora que propõe um sistema educativo para todos os alunos com ou sem deficiência que responda por uma educação de qualidade.

A partir de 1994, com o congresso na cidade de Salamanca, surgiu o conceito de unificação desses dois sistemas, portanto, educação especial e educação regular passaram a ser encaradas como único sistema. Com isso, alunos com necessidades educacionais especiais deveriam frequentar a sala de aula, junto com os demais alunos do ensino regular. Merece destaque aqui a Declaração de Salamanca, na Área de Princípios, Políticas e Práticas de Necessidades Educativas Especiais, que enfatiza dentre muitos aspectos, o que é inclusão:

A tendência da política social das passadas duas décadas tem consistido em promover a integração, a participação e o combate à exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade e ao desfrute e exercício dos direitos humanos... A reforma das instituições sociais não é, somente, uma tarefa de ordem profissional; depende, acima de tudo, da convicção, empenho e boa vontade dos indivíduos que constituem a sociedade. (UNESCO, 1994. p.11).

Diante desses documentos, essa perspectiva produziu e alavancou o surgimento de novas práticas discursivas. Porém, sua implantação tem se mostrado difícil de ser efetivada, já que se encontra marcada por uma série de contradições, incoerências são visualizadas no dia a dia de nossas escolas, com alunos deficientes que necessitam de aparatos, metodologias adequadas, professores com formação, recursos didáticos, e o serviço de apoio por uma equipe de profissionais como psicólogos, assistente social e outros, de acordo com o número de alunos existente nas turmas.

Há muita resistência em relação a questão, uma delas é que muitas pessoas acreditam que o melhor a se fazer, é excluir, manter as crianças com necessidades especiais afastados das outras. Dessa forma, falta conscientização, pois todos ou grande maioria da população sabe que as crianças com necessidades especiais têm o direito de ir para uma escola regular.

Entende-se, assim, que a educação inclusiva, nos moldes colocados pelas leis, estão com diretrizes bem definidas, no que se refere a esse atendimento, no entanto, o problema está em concretizar isso na realidade, ou seja, como está sendo oferecido pelos governos aos educandos com deficiência. Assim, uma sociedade que adota tais quesitos se torna uma sociedade mais inclusiva e garante para seus cidadãos uma vida mais rica em oportunidades e direitos.

A Declaração de Salamanca, nos mostra que existem formas de se ter sucesso em uma educação inclusiva e igualitária só cabe aos governantes assumirem os compromissos propostos e os resultados irão surgir naturalmente. Porém no Brasil, as leis são muito bem escritas e organizadas, mas quando chegamos à prática a situação se modifica sendo assim as aplicações dessas leis passam a ser questionadas e se percebe que sua aplicabilidade não condiz com a legislação vigente. Assegurar esses direitos torna-se dever do governo brasileiro atingindo desta forma, uma educação de qualidade para todos.

2.2. Inclusão Escolar: debate contemporâneo

A partir da crescente procura pelos serviços da educação especial no Brasil, Mazzota (2011) nos esclarece que, ela é marcada por dois períodos: de 1854 a 1956, com iniciativas oficiais, particulares e isoladas, e de 1957 a 1993, com iniciativas oficiais e de âmbito nacional. No Brasil, até a década de 50, praticamente quase não se falava em Educação Especial, mas na educação de deficientes. No entender de Mazzotta (2011, p.15):

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.

Com relação a isso, ao se buscar na história da educação, constata-se que até o século XVIII, grande parte das noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, havendo pouca base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. E que a falta de conhecimento sobre as deficiências fazia com que essas pessoas fossem marginalizadas, ignoradas. A própria religião, ao afirmar ser o homem feito à “imagem e semelhança de Deus”, sendo assim um ser perfeito, levava à crença de que as pessoas com deficiência por não se adequarem a essa “perfeição” eram postas à margem da condição humana. Por outro lado, o consenso social pessimista que acreditava ser a condição de “incapacitado”, “deficiente”, “inválido” da pessoa com deficiência como algo imutável, levava à omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender as necessidades individuais dessa população. (MAZZOTA, 2011, p.16)

Assim, somente quando em um determinado momento histórico (século XIX) a sociedade apresentou condições materiais mais favoráveis, é que determinadas pessoas, leigos ou profissionais, com deficiência ou não, despontaram como líderes da sociedade em que viviam, para sensibilizar, organizar medidas para o atendimento a seus pares, também com deficiências. Essas pessoas, como representantes dos interesses e necessidades das pessoas com deficiência, ou com elas identificadas, abriam espaço nas mais variadas áreas para a construção de conhecimentos e de alternativas para uma melhor condição de vida de tais pessoas. (MAZZOTA, 2011, p.27)

Foi principalmente na Europa que surgiram os primeiros movimentos pelo atendimento às pessoas com deficiência, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizando em medidas educacionais. Tais atitudes educacionais se expandiram, primeiramente sendo levadas para os Estados Unidos e Canadá e, posteriormente, para outros países, inclusive o Brasil. Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, pessoas com deficiências mentais e físicas. Durante muito tempo tais atendimentos para pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais, caracterizavam-se como iniciativas oficiais e particulares isolados, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dessas pessoas com deficiência. Somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX, é que ocorre a inclusão da

Educação Especial na política educacional brasileira. (MAZOTTA, 2011, p.27)

No Brasil, a evolução da educação inclusiva se deu a partir do que nos coloca Sassaki (2010. p.41), apenas no século XX, em meados da década de 50, que, diante dos questionamentos dos pais, começaram a considerar a necessidade de educação para os deficientes, com o chamado “atendimento especial”, “material especial”, “professor especial”.

Retoma-se Mazzota (2011) para dizer que a Educação Especial passa, no final do século XX e início do século XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças. É dentro deste contexto histórico que se intensifica o processo de exclusão, e que o termo excepcional passa a ser utilizado. Portanto, a história da humanidade, nas diferentes culturas ocidentais, nos transporta ao resgate das diferentes formas de se entender a deficiência e, portanto, seus paradigmas de atendimento.

Coloca o autor que na década de 70, criam-se então as classes especiais e constata-se a necessidade de integração social dos indivíduos que apresentam deficiência, começando um movimento cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, registrando nesta época muitos avanços na conquista da igualdade e do exercício de direito aumentando aos poucos a pressão, de toda uma comunidade envolvida, para que o Estado reconhecesse cada vez mais a Educação Especial como responsabilidade e dever. Surgem programas de reabilitação global, incluindo a inserção profissional de pessoas com deficiência.

Nesse contexto, Mantoan (2003. p. 26), defende que, até o início dos anos 80, existiam no Brasil dois sistemas de ensino: “um para a educação regular destinado a atender alunos tidos como normais”, e outro para a educação especial, destinado especificamente a atender alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, os “deficientes”.

Quando pensamos em um mundo inclusivo temos a ideia de que todas as pessoas têm as mesmas condições e oportunidades de ser ator principal do seu espetáculo de vida fazendo assim a sua participação na sociedade de forma participativa e ativa, onde se entenda que as relações individuais sejam estabelecidas a luz de uma igualdade de valores. Pensando dessa forma, não é a pessoa que tem de se adequar ou adaptar-se a sociedade e aos meios educacionais, mas, sim, estas precisam

ser preparadas e equipadas para receber estes indivíduos, estes alunos que necessitam de um atendimento especializado que supram as suas necessidades para que assim estas pessoas possam viver e estudar com dignidade e serem reconhecidas como cidadãos.

Segundo Sasaki (2010), a inclusão escolar é vista como a melhor alternativa para os alunos segregados da escola regular, já que ela: “representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito e não um status privilegiado que deva ser conquistado”. (SASSAKI, 2010, p.18)

Retomamos Mantoan (2006, p. 27) para frisar que a inclusão é a fusão do ensino regular com o especial, no entanto, acredita-se que na realidade, não é bem dessa forma que acontece, as particularidades estão nítidas no processo.

Sabe-se que cada época é representada por uma cultura e nomenclatura que responde pela questão, embora muitos questionamentos instiguem mudanças urgentes e reais capazes de responder pelos anseios dos indivíduos e da sociedade. Nesse contexto, o conceito de inclusão no dizer de Mantoan (2005. p. 25) é; “Inclusão é estar junto, é se aglomerar com pessoas que não conhecemos”. “Inclusão é estar com, é interagir com o outro”. “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. Diante disso, a inclusão neste sentido pressupõe acolher as pessoas, sem exceção, é no sentido simples de “se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos”.

Mazzota (2011) afirma que a educação tem como princípio fundamental a capacidade do ser humano, que é ilimitada quanto a qualquer tentativa de previsão. Nesse sentido, é impossível antecipar e indicar com precisão as possibilidades de cada um. Entendo que os educadores que vivenciam a educação dos alunos portadores de deficiências sabem que as necessidades educacionais especiais são específicas para cada aluno e que cabem à escola intervenções capazes de lhes proporcionar o acesso ao conhecimento. Importante ressaltar que nem toda pessoa com deficiência apresenta necessidades educacionais especiais.

A partir dessa discussão e ainda segundo Mantoan (2006. p.p. 19-21), a inclusão questiona não apenas políticas e organização da educação, mas também o conceito de integração. A autora diz que a inclusão é incompatível com a integração,

pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Prossegue colocando Mantoan (2003. p.188), que falar de inclusão, em nossa sociedade, é um desafio, pois a inclusão deve romper com os estereótipos que sustentam o tradicionalismo das escolas, superando o sistema tradicional de ensinar, questionando “modelos ideais” e a normalização de perfis específicos de alunos. Esta é na verdade a concepção mais distorcida que se faz do incluir, e onde cada sistema peca e o aluno e quem sofre as consequências.

Percebe-se na colocação dos autores acima a defesa de um único entendimento para o que ora se destaca, embora dito de forma diferente.

O conceito difundido pelos documentos e pelas políticas educacionais, muda a partir da implementação das leis, sobretudo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e se pauta na aceitação das diferenças individuais como uma qualidade e não como um obstáculo, bem como na valorização da diversidade humana, constitui-se uma inovação no âmbito da educação nacional que, com o apoio e o fortalecimento em todas as redes de ensino, busca gerar condições de independência, autonomia e dignidade às pessoas com deficiência nos setores e espaços sociais, e ainda, visa também questionar as políticas e práticas de exclusão/inclusão social, privilegiando a satisfação das necessidades educativas de todos os alunos nas escolas regulares públicas.

Assim, a grande empreitada agora não é somente preocupar-se com os conceitos construídos, mas o que eles dizem para ser posto em prática durante o ensino, em uma realidade que aí está posta. Pode-se sim, acreditar em reestruturar a escola nos moldes legais descritos quanto à implementação das ações e o respeito às deficiências, bem como a valorização das possibilidades que o aluno detém para desenvolver sua aprendizagem, todavia é preciso mostrar como a inclusão está sendo desenvolvida, e os alunos Down, estão sendo inclusos a partir do que está posto nas escolas.

Nessa linha de pensamento, não se muda a escola com um passe de mágica, a busca por uma escola de qualidade, igualitária, justa e acolhedora para todos não é utopia e sim um sonho possível. Refletindo a questão, Mantoan (2003) destaca que:

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprendem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aulas, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão. (MANTOAN, 2003. p. 91).

Diante do que nos coloca a autora, fica claro que a educação inclusiva deve ter como diretriz primeira a valorização do cotidiano, o coletivo, a escola e a classe comum, onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, precisam aprender, ter acesso ao conhecimento, à cultura e progredir no aspecto pessoal e social, independente de suas limitações e ou diversidades.

Assim, acredita-se que a inclusão no espaço escolar, deve favorecer o enfoque da educação inclusiva com seus mínimos detalhes para que cada aluno deficiente encontre na instituição, condições físicas e materiais para desenvolver suas competências e habilidades respeitando suas limitações. Segundo Mazzotta (2011, p.4), o atendimento não deve dar-se “[...] em função das limitações, mas principalmente da capacidade de desenvolvimento e mudança do ser humano”.

Com isso, uma escola que se intitula inclusiva, deve integrar-se a comunidade como também apresentar um bom padrão em prestação de serviço, criar em seus docentes um sério sentimento de colaboração e cooperação com a instituição. Sempre adotar uma pedagogia de corresponsabilidade entre profissionais nas diversas instâncias educativas, criando assim um sistema interdisciplinar que favoreça a aprendizagem dos alunos envolvidos neste processo.

Segundo Mazzotta (2011), as pessoas com deficiência requerem modificações no programa educacional para que possam aprender e desenvolver-se. Portanto, em relação à inclusão, ainda fica difícil essa forma personalizada de ensinar, pois no momento as escolas brasileiras enfrentam salas superlotadas e professores com pouca formação, tornando-se difícil tal atendimento.

Nesse caso, as escolas também tem a necessidade de orientar suas atividades com um projeto pedagógico sistemático que se desenvolva à longo prazo, no qual sejam trabalhadas diferentes formas de ensino, conteúdos e avaliações do processo de ensino-aprendizagem, especialmente com aquele aluno que apresente alguma necessidade educacional especial, porém isso não significa facilitação nem a negação da avaliação e sim, uma forma diferenciada, buscando valorizar os desenvolvimentos de aprendizagem obtido por este aluno.

É importante destacar ainda, que a inclusão não deve ser vista apenas como um direito constitucional, mais sim, como uma oportunidade que vai muito além da aprovação de leis. Trata-se, portanto, da oportunidade de se romper com as barreiras dicotomizantes reproduzidas e refletidas numa sociedade excludente que se limita a ver apenas a deficiência das pessoas, negligenciando e impedindo com isso, que as mesmas desenvolvam as suas potencialidades, pois diferentemente das máquinas, os homens são seres que tem vida e por isso sentimento, assim sendo, merecem seu devido respeito.

Nesses termos, se faz necessário, portanto, à existência de ações políticas e sociais que possam concretizar e promover a efetividade da inclusão social da pessoa com necessidade educacional especial, já está na hora de concretizar a tão sonhada sociedade inclusiva.

2.3. A Síndrome de Down: debate teórico conceitual

Uma das maiores consequências desta forma de ver o outro, é a desconsideração do sujeito enquanto ser humano, em sua totalidade, e aqui em especial o Down. Essa visão mecanicista e reducionista fortalece a ideia de que as pessoas com necessidades educacionais especiais, não tem condições de se desenvolverem intelectualmente, pois para muitos a deficiência impede que esses indivíduos se relacionem socialmente.

Para Mantoan (2003) pensar dessa forma nos remete a um recorte da realidade, bem como, subdividir as pessoas em “normais” e com deficiência, e a modalidade de ensino em regular e especial. O que reforça a lógica dessa visão mecanicista que é marcada por uma concepção determinista, formalista e reducionista, própria do pensamento científico moderno que exclui o caráter subjetivo, afetivo e criador do sujeito. A autora ainda ressalta que enquanto não rompermos com esse velho modelo excludente não será possível produzir a reviravolta imposta pela inclusão.

Diz ela, que a sociedade se constitui de pessoas heterogêneas, com uma forma particular de se apropriar das coisas do mundo, e neste contexto está à criança Down.

A Síndrome de Down (SD) é uma anormalidade, trata-se de uma desordem cromossômica que se caracteriza pela trissomia do cromossomo 21, ou seja, os síndromicos apresentam três cromossomos 21, ao invés de dois. Pueschel (1993, p.54) aponta que “geneticistas detectaram, subseqüentemente, que, além deste, havia outros problemas cromossômicos em crianças com Síndrome de Down, ou seja, translocação e mosaicismo”. Isso pode acontecer em todas as famílias, independente de cor, raça, sem nenhuma relação com o nível cultural, social, ambiental, econômico, etc. Ela pode ser diagnosticada na gestação quando a mãe está na fase do pré-natal, por meio de exames clínicos.

A Síndrome de Down (SD) também conhecida como trissomia do 21 é uma anomalia genética. Primeiramente descrita em 1866 pelo médico inglês, John Langdon Down, em um trabalho publicado, onde descreveu algumas características dos portadores da Síndrome de Down.

Por síndrome entende-se o grupo de anomalias que ocorrem conjuntamente e cuja etiologia é comum a todas elas. P. ex., a trissomia do cromossomo 21, que provoca retardo mental, micrognatia, implantação baixa das orelhas cromossomo 21. (PIATO, 2009, p.58).

A doença pode ocorrer com todas as famílias, ainda não foi comprovado que fator ou fatores levam à ocorrência do nascimento de crianças portadoras da síndrome, entretanto, sabe-se que as gestantes acima dos 35 anos têm mais probabilidade de gerar uma criança portadora da síndrome de Down. Sobre isso, a Fundação Síndrome de Down, analisa que:

Não se conhece com precisão os mecanismos da disfunção que causa a SD, mas está demonstrado cientificamente que acontece igualmente em qualquer raça, sem nenhuma relação com o nível cultural, social, ambiental, econômico, etc. Há uma maior probabilidade da presença de SD em relação à idade materna, e isto é mais frequente a partir dos 35 anos, quando os riscos de se gerar um bebê com SD aumentam de forma progressiva. Paradoxalmente, o nascimento de crianças com SD é mais frequente entre mulheres com menos de 35 anos, isto se deve ao fato de que mulheres mais jovens geram mais filhos e também pela influência do diagnóstico pré-natal que é oferecido sistematicamente às mulheres com mais de 35 anos.

Pelo exposto anteriormente, percebe-se que apesar da idade materna ter alguma influência no nascimento de crianças com síndrome, entre as mães mais jovens o fato também ocorre, porém com a idade acima de 35 que por si já é um fator de risco na gravidez, essas mães são acompanhadas com mais frequência e,

portanto, o diagnóstico de síndrome nessa fase é mais elevado que nas mães com idade abaixo de 35 anos.

A síndrome se caracteriza por um conjunto de malformações causadas no cromossomo 21 que altera a formação de vários órgãos desde o início da formação do feto, o que conseqüentemente determina a presença de anormalidades e características muito semelhantes e comuns em pessoas com a síndrome.

Os portadores da Síndrome de Down têm características físicas típicas, e se parecem um pouco entre si. Contudo, algumas pessoas portadoras da síndrome apresentam características ou condições, enquanto outras não. Uma concepção equivocada, ainda presente em relação aos portadores da Síndrome de Down e suas características, é que todos se desenvolvem da mesma forma, apresentando as mesmas características, incapacidades e limitações orgânicas, motoras e cognitivas. Alguns anos atrás, quando não havia acompanhamento gestacional, as mães só sabiam que tinham gerado um filho com SD após o nascimento, com as características fenotípicas visíveis.

Hoje, as gestantes são acompanhadas e todos os meses realizam consultas pré-natal, e com os avanços tecnológicos a medicina já faz uso de práticas que podem determinar a probabilidade de ter um filho portador da síndrome de Down, como o exame bioquímico e a ultrassonografia. Na gestação as mães criam expectativas, imaginam como será o filho, que cor serão seus olhos, se terá a aparência do pai ou da mãe, assim como se preocupam se vai nascer com saúde, e quando as expectativas não são alcançadas, cria-se um estado mental confuso, um choque com a realidade, um trauma e este trauma como afirma (MATHELIN, 1999, p.17), “é sem fala, ele permanece sem palavra porque é, por definição, impensável”. Assim, se desde o pré-natal a gestante já souber que seu filho tem chance de ter a síndrome, o acompanhamento psicológico torna-se mais eficiente, pois a mãe já estará conscientizada sobre o risco e a aceitação pode ser menos dolorosa para toda a família.

Os profissionais devem preparar o emocional não só da mãe, mas de toda a família, para que eles percebam que seu filho não é doente, que apesar de exercer as atividades comuns a todas as crianças, mais lentamente, eles são seres humanos capazes de levar uma vida normal, brincar, estudar, trabalhar, como qualquer outra pessoa.

Mesmo diante de condições adversas percebe-se que as crianças com necessidades educacionais especiais, desenvolvem-se mais quando se encontram inseridas em classes regulares de ensino. Isso se deve ao fato da escola regular apresentar um espaço dinâmico, onde a diversidade humana se faz presente, havendo assim um maior contato entre as crianças com deficiência e sem deficiência, e por isso há maior possibilidade de interação e trocas sociais, mesmo que essas trocas, aconteçam lenta e gradativamente. (MANTOAN, 2003).

É preciso ainda, que os pais sejam orientados a estimular a criança a superar limites, incentivá-los a estreitar os laços familiares, o relacionamento com uma criança portadora de síndrome de Down tem que ser paciente, porque elas agem com mais lentidão que as outras crianças, portanto, os pais devem ser preparados para enfrentar essas situações.

Cabe ressaltar que quando existe informação, estreito relacionamento na tríade, pais, filho portador da síndrome e profissionais de saúde, a vivência dessa criança e sua inserção na sociedade pode ocorrer de forma mais tranquila.

Pode-se dizer ainda que o diagnóstico pode ser feito também após o nascimento da criança e inicialmente por parte das características que são muito comuns aos portadores de Síndrome de Down, como por exemplo, cabeça mais arredondada, olhos puxados, boca pequena, entre outras. Apesar de não haver cura, pesquisas no mundo todo têm sido realizadas nesse sentido e a qualidade de vida dessas pessoas tem sido melhorada significativamente.

O mais importante é descobrir que o sindrômico pode alcançar um bom desenvolvimento de suas capacidades pessoais e avançar crescentes níveis de realizações e autonomia. Sendo capaz de sentir, amar, aprender, se divertir e trabalhar. Em resumo, ele poderá ocupar um lugar próprio e digno na sociedade, sendo como qualquer outra criança normal, em certos momentos.

Como afirma Mota (2009, p. 97) “Embora, de modo geral, sejam sociáveis e muito carinhosas, algumas, eventualmente, são tão desagradáveis quanto qualquer criança normal pode ser, em determinados momentos”.

Vê-se ao longo do estudo que apesar de possuir um ritmo de aprendizagem mais lento, as crianças portadoras da síndrome são capazes de superar limites e ser alfabetizadas assim como de realizar tarefas do dia-a-dia com certa independência,

porém precisam de estímulos da família, amigos e profissionais da saúde, educação e toda a comunidade.

Se a escola primária inclusiva no Brasil está apenas engatinhando, o ensino médio e o superior constituem um grande desafio. Ao mesmo tempo em que os alunos com síndrome de Down vão finalmente encontrando espaços para progredir e avançar na sua educação, as escolas e universidades precisam se adequar a esta nova situação. É possível notar que cada vez mais jovens com síndrome de Down concluem o Ensino Médio, com ou sem adaptações curriculares.

2.4. As pesquisas sobre síndrome de Down

Seguindo os preceitos constitucionais de que toda criança tem direito inalienável à educação, a política na área da educação pública no Brasil nos últimos anos tem sido a inclusão dos estudantes com síndrome de Down e outros tipos de deficiência na rede regular de ensino, com um crescimento significativo do número de matrículas nos últimos anos. No entanto, nem sempre esta inclusão se dá de maneira satisfatória: geralmente faltam recursos humanos e pedagógicos para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos. Mas nota-se que esta prática é generalizada e não ocorre por discriminação. A escola pública brasileira tem que melhorar muito, e acreditamos que a prática inclusiva pode contribuir para alcançarmos uma escola de qualidade para todos.

Uma pesquisa intitulada “Síndrome de Down”, de 23 de março de 2017, aponta que a aparente incapacidade dos portadores da síndrome poderia ser superada com maiores incentivos e cuidados, e a vida dessas pessoas melhorou muito. Hoje em dia vemos portadores da síndrome em universidades, trabalhando, casando e até mesmo criando seus filhos.

(<https://www.biologiatotal.com.br/blog/sindrome-de-down-descoberta-pesquisas-recentes.html>)

Segundo a referida pesquisa estima-se que a expectativa de vida de pessoas com Down tenha aumentado 456% entre 1960 e 2007, e isto se deve, em grande parte, aos estudos para tratamentos clínicos das demais doenças e alterações envolvidas com a síndrome. Pelo menos metade das crianças com Síndrome de Down possui alguma comorbidade, doença relacionada à síndrome, como, por

exemplo, leucemia ou cardiopatias. O aumento da expectativa de vida traz consigo o surgimento de novas características da doença que antes não eram conhecidas, que também já estão sendo estudadas exaustivamente. Descobriu-se recentemente, por exemplo, uma maior incidência da Doença de Alzheimer em portadores da Síndrome de Down, aproximadamente 15% acima dos 40 anos e entre 50 a 70% após os 60 anos. Assim como para outras pesquisas sobre doenças relacionadas à Síndrome de Down, as novas descobertas de medicamentos e tratamentos para a Doença de Alzheimer em portadores da Síndrome de Down são extremamente úteis no tratamento de portadores do Alzheimer que não apresentam a trissomia do cromossomo 21.

Recentemente, uma pesquisa publicada por pesquisadores americanos na revista científica '*Neuron*' identificou, pela primeira vez, mudanças na expressão genética ocorridas no cérebro de pacientes portadores da síndrome, ao longo de toda sua vida. Os pesquisadores descobriram que o estabelecimento da substância branca cerebral é alterado entre crianças e adultos com Síndrome de Down. Eles também identificaram que estas alterações ocorrem devido a defeitos no desenvolvimento de um tipo de célula cerebral, chamado oligodendrócito, levando a uma menor formação de substância branca e, conseqüentemente, a uma transmissão nervosa mais lenta.

Outra pesquisa, publicada em 2013 na *Nature*, demonstrou o potencial de uma nova metodologia molecular capaz de "desligar" a cópia extra do cromossomo 21. Os pesquisadores conseguiram inserir um gene, denominado XIST, em células-tronco retiradas de um paciente Down. Este gene codificou a metilação da cópia extra do cromossomo 21, desativando o cromossomo e, conseqüentemente, os déficits celulares causadores das alterações típicas da Síndrome de Down.

Estas e outras descobertas têm levado especialistas na área a acreditarem em uma possível "cura", ou ao menos em um tratamento terapêutico, para portadores da síndrome, promovendo uma melhora na qualidade de vida dos pacientes com a trissomia do cromossomo 21.

Outra pesquisa revela que famílias de crianças com síndrome de Down apresentam uma organização caracterizada por resiliência de Dawn, das autoras Rooke, Mayse Itagiba e Pereira-Silva, Nara Liana. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2016, vol.33, n.1, pp.117-126.

(http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext_pr&pid=S0103-166X2016010200002)

Pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre Família, Inclusão e Deficiência, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, publicaram um estudo recente na revista científica Estudos de Psicologia (Campinas), objetivando caracterizar e analisar a resiliência de famílias com crianças com síndrome de Down. Esta investigação representa uma mudança de foco das pesquisas acerca da síndrome de Down e relações familiares, pois evidencia estratégias de enfrentamento que essas famílias desenvolvem ao longo da vida, enquanto a produção científica anterior destacava os aspectos negativos da síndrome em termos da convivência familiar, por exemplo, estresse, depressão e divórcio.

Participaram do estudo cinco famílias compostas por pai, mãe e filhos, tendo um deles a síndrome de Down. Todos os membros familiares viviam juntos na mesma residência. Os dados foram coletados através de questionário, inventário e entrevistas com os membros de cada família, em suas residências, no ano de 2014.

Os resultados indicam que as mães nessas famílias constituem-se como as cuidadoras principais dos filhos com síndrome de Down, além de assumir a maior parte das atividades domésticas. Quanto às estratégias de enfrentamento, a mais utilizada pelos genitores é a reavaliação positiva, enquanto a menos utilizada é a fuga-esquiva, o que indica predomínio de formas satisfatórias de enfrentamento de problemas e/ou adversidades. As entrevistas com pais e mães evidenciaram que, diante de eventos negativos, principalmente os problemas de saúde relacionados ao filho com síndrome de Down, essas famílias são capazes de extrair sentido da adversidade, bem como se organizar de forma cooperativa, por meio do diálogo e do estreitamento dos vínculos. Essas características compõem os processos-chave da resiliência identificada em todas as famílias desse estudo.

A partir desses resultados, é possível afirmar que, frente às adversidades e, em especial, aos desafios de criação de um filho com síndrome de Down, a dinâmica familiar pode se estruturar de forma a superar os desafios advindos da educação e criação do filho com síndrome de Down, sem prejudicar as relações no grupo familiar ou o desenvolvimento de seus membros, isto é, tendo uma organização caracterizada pela resiliência.

3. LETRAMENTO: PROCESSO DE LETRAMENTO NA INFÂNCIA

Com as constantes mudanças sociais e a geração de novos conhecimentos, surge na educação uma nova palavra “letramento”. Esse termo vem com o objetivo de ampliar o ato de alfabetizar, de inserir no ato educativo um sentido social de aprender a ler e a escrever. Diante dessa ampliação, o processo de alfabetizar está além de ensinar habilidades de codificação e decodificação do sistema alfabético, abrange o domínio dos conhecimentos que permite o uso dessas habilidades nas práticas sociais.

Pode-se dizer que o letramento começa muito antes de a criança pegar um lápis ou conhecer as letras e as formas de escrever, a partir de suas vivências cotidianas com a família, com a sociedade ou com seus pares, os pequenos participam de tal prática de maneira intensa, através de situações diversificadas e no contato com materiais escritos em lugares diversos e de variadas formas. E a escola de educação infantil serve como um espaço propício para esse trabalho, com o qual todo conhecimento adquirido será contextualizado e compreendido segundo a função que ocupa socialmente.

Nesse sentido, o letramento é um fenômeno de cunho social e salienta as características sócio históricas da aquisição de um sistema de escrita por um grupo social. Magda Soares (2004), uma das primeiras menções feitas ao termo letramento ocorreu no mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística (1986) por Mary A. Kato. O termo se originou de uma versão feita da palavra da língua inglesa “literacy”, com a representação etimológica de estado, condição, ou qualidade de ser “literate”, definido como educado, especialmente, para ler e escrever.

Depois da referência de Mary Kato, Soares (2004) diz que em 1986, a palavra letramento aparece em 1988, no livro que, pode-se dizer, lançou a palavra no mundo da educação, “Adultos não alfabetizados - o avesso do avesso”, de Leda Verdiani Tfouni (1988), um estudo sobre o modo de falar e de pensar de adultos analfabetos.

Ao falar da construção do conceito de letramento, Soares (2008) decompõe a palavra: letra + mento, estabelecendo os significados dos termos:

Letra como forma portuguesa da palavra latina littera e, -mento como sufixo, que indica resultado de uma ação. Portanto, letramento é o resultado da ação de “letrar-se”, se dermos ao verbo “letrar-se” o sentido de “tornar-se

letrado”. Resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. (SOARES, 2008, p. 38).

Assim, “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. (SOARES, 2009, p.18)

A mesma autora, afirma também que mesmo que a pessoa seja considerada analfabeta por não saber ler e escrever, ela de certa forma pode ser letrada, desde que faça uso das funções sociais da leitura e da escrita, como por exemplo, quando se interessa em ouvir uma história ou quando pede para alguém ler para ela algo, seja um bilhete, uma carta etc.

Nesse sentido, entende-se que o letramento faz parte do cotidiano da maioria das pessoas, especialmente na família e na escola. Diante disso, para Kleiman (2008, p.15-16):

O conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos sobre o “impacto social da escrita” [...] dos estudos sobre a alfabetização cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita. Eximem-se dessas conotações os sentidos que Paulo Freire atribui a alfabetização que a vê como capaz de levar o analfabeto a organizar reflexivamente seu pensamento, desenvolver a consciência crítica, introduzi-la num processo real de democratização da cultura e de libertação.

Cecília Goulart (2006) destaca não apenas a dificuldade para conceituar o letramento como a possibilidade de conceber letramentos, ou seja, uma pluralidade em torno deste termo que resulta numa falta de condições para estabelecer os diferentes níveis de letramentos. A autora afirma ainda que a discussão contemporânea sobre letramento é densa, complexa e está atravessada pelo viés político-ideológico.

O conceito de letramento vê-se, ainda está se consolidando, no entanto é um processo desafiador, e nessa perspectiva o ensino e a aprendizagem se torna ferramenta que amplia gradativamente os níveis de letramento.

Goulart (2005), concordando com Soares (2004) e indica que a dupla alfabetização-letramento não seria necessária, mas circunstancial. Entendíamos, e continuamos a entender, que o termo alfabetização comporta as facetas social e

linguística. O termo letramento foi postulado na expectativa de tornar clara esta dupla perspectiva. Tais interações e formas de comunicações proporcionam às crianças, além da segurança para se expressar, a descoberta de diferentes gêneros culturais. Kleiman (2008) afirma que:

Uma criança que compreende quando o adulto lhe diz “olha o que a fada madrinha trouxe hoje!” está fazendo uma relação com um texto escrito, o conto de fadas: assim, ela está participando de um evento de letramento (porque já participou de outros, como o de ouvir uma historinha antes de dormir); também está aprendendo uma prática discursiva letrada, e, portanto, essa criança pode ser considerada letrada, mesmo que ainda não saiba ler e escrever. (KLEIMAN, 2008, p. 18).

Aprender uma língua não é apenas aprender letras, palavras, mas é também entender os significados que expressam as diferentes formas como as pessoas vivem, interpretam e representam a realidade. A escrita se faz presente de diversas formas, cumprindo diversas funções. A partir da questão, entende-se que a escrita é uma representação da linguagem, deve-se ver a criança ser alfabetizada e letrada como alguém que pensa, que constrói interpretações, que age sobre o real para fazê-lo seu, portanto um ser capaz de construir seu próprio conhecimento, desde que haja suporte para tal, podendo assim, já na Educação Infantil, elaborar suas próprias ideias sobre o sistema de escrita.

A Educação Infantil é uma etapa fundamental do desenvolvimento escolar das crianças. Nessa fase, as crianças recebem informações sobre a escrita, quando brincam com os sons das palavras, reconhecendo semelhanças e diferenças entre os termos, manuseiam todo tipo de material escrito, como revistas, gibis, fascículos, etc., momento em que o professor lê textos para os alunos e/ou escreve os textos que os alunos produzem oralmente. Essa familiaridade com o mundo dos textos proporciona maior interação na sociedade letrada.

Na escola, uma forma de inserção das crianças de Educação Infantil no mundo letrado se dá através da aprendizagem do próprio nome, do qual decorrem vários tipos de trabalho, como, por exemplo, levar a criança a comparar e relacionar a escrita do seu nome com a dos colegas. Outra maneira é levar as crianças a separarem os nomes de meninos e meninas ou até mesmo encontrarem um determinado nome em uma lista. Todo esse trabalho deve estar apoiado no que a criança deve aprender, ou seja, na concepção que a criança tem sobre o sistema de

escrita. O incentivo para conhecer o mundo letrado deve se apresentar já na Educação Infantil, por meio de leituras, para que, mais adiante, na sua vida escolar, as crianças sejam capazes de estabelecer relações, assumir uma posição crítica, confrontar ideias. Quanto à leitura de histórias para as crianças, Soares (2009, p.1) afirma que:

Para que a leitura oral de histórias atinja esses objetivos, não basta que a história seja lida. É necessário que o objeto portador da história seja analisado com as crianças e sejam desenvolvidas estratégias de leitura, tais como: que a leitura seja precedida de perguntas de previsão a partir do título e das ilustrações; que seja propositadamente interrompida, em pontos pré-escolhidos, por perguntas de compreensão e de inferência; que seja acompanhada, ao término, por confronto com as previsões inicialmente feitas, por meio da avaliação de fatos, personagens, seus comportamentos e suas atitudes.

Além de aproximar as crianças do mundo letrado, a leitura alimenta o imaginário e incorpora essas experiências à brincadeira, ao desenho e às histórias que todos gostam de contar. Ao trabalhar com crianças menores de três anos, é preciso tomar alguns cuidados para inseri-las neste mundo letrado, como usar imagens grandes, claras e atraentes e o adulto deve dar suporte nessa leitura, nessa inserção. Soares (2010, p.39) diz que uma criança que, sem ser alfabetizada finge ler um livro, vai correndo o dedo na linha da escrita e faz entonações de narração da leitura, até com estilo, essa criança é letrada, porém não alfabetizada.

O desenvolvimento de tais atividades levará as crianças a entender a importância e o funcionamento da escrita em nossa sociedade, desenvolvendo capacidades necessárias para a sua apropriação. Isso poderá motivá-las a querer conhecer mais, querer aprender a ler e escrever de maneira prazerosa e satisfatória. O trabalho com as crianças deve partir do cotidiano em que estão inseridas. O professor deve perceber a necessidade da criança e provocar nela o desejo para a aprendizagem. Nisso, as atividades a serem oferecidas devem ser motivadoras, de curiosidades e indagações para futuras descobertas.

Com isso o ambiente na educação infantil deve estimular na criança o desejo de querer aprender a ler e a escrever. A sala de aula, por exemplo, deve ser bem colorida, provida de materiais diversos como: alfabeto fixado nas paredes, cartazes, livros, revistas, exposição dos trabalhos das crianças, etc. Tal ambiente deve ser preparado com atividades permanentes, construção de projetos com assuntos

variados do interesse das crianças e uma sequência de atividades pensada de maneira que supra os diferentes níveis de dificuldade. Deste modo, trabalhar do mais simples ao mais complexo, do concreto ao abstrato, é essencial para melhor compreensão do mundo pela criança. Então, a aprendizagem da língua escrita na Educação Infantil deve ser algo significativo para a criança, é um processo natural e intencional, uma vez que toda prática educativa tem uma finalidade.

Segundo Soares (2009, p.14), atividades que fazem parte do cotidiano da educação infantil como as garatujas, os jogos, os desenhos, as brincadeiras de faz-de-conta, são a etapa inicial da aprendizagem da língua escrita. Percebe-se que ao se fazer uma retrospectiva sucinta da história da linguagem escrita e analisarmos desde o significado do gesto, do jogo, do faz de conta, o desenho e a fala, que estes são modos diferentes de representação. Assim, compreende-se que estas linguagens são a essência do trabalho de alfabetizar e letrar e que são elas que darão suporte necessário para ensinar as crianças, que existe outra forma de representá-las, ou seja, por meio da escrita.

Deste modo, a alfabetização e o letramento na Educação Infantil devem ser trabalhados de acordo com as peculiaridades desta fase e explorar as atividades de maneira que estas sejam adequadas, interessantes e necessárias para a criança neste período, onde a natureza lúdica da prática pedagógica deve prevalecer.

É necessário propor atividades que tenham como ponto de partida os interesses da criança, a fim de favorecer seu desenvolvimento e aprendizagem. É importante ressaltar que toda criança aprende brincando e é na brincadeira que ela expressa sua criatividade, imaginação e interesses. Devemos nos atentar a isto, ou seja, nas experiências significativas vividas pela criança no seu dia a dia, nas relações que estabelece com o outro.

Até pouco tempo atrás, era defendida a ideia de que a alfabetização só poderia acontecer no primeiro ano do ensino fundamental. Atualmente, desde a Educação Infantil a criança já tem contato com o mundo da escrita e assim vai construindo sua alfabetização e letramento antes de chegar ao Ensino Fundamental.

3.1. Modelos de letramento

Kleiman (2008, p.21), analisando os modelos de letramento encontrados na prática de alfabetização escolar, aponta pelo menos dois que levariam a duas perspectivas e consequências diferenciadas: o modelo autônomo e o modelo ideológico. Kleiman (2008, p.15), explicita inicialmente o modelo autônomo de letramento, bem como o que este conceito representa em termos de implicações sociais:

O modelo autônomo possui uma concepção quase absoluta de que nas instituições e nas classes letradas (escola, igreja, classe média,...) está a gênese da verdade. Assim a escola seria, com suas práticas, a principal agência de letramento e a escrita seria objeto de comunicação distinto da oral (visão polarizada entre oralidade e escrita), priorizando, portanto, na /pela escrita, um tipo específico de letramento – a alfabetização. Esse modelo seria um modelo completo em si mesmo, instrumento neutro, a-social, a-histórico, justamente por não levar em conta o contexto social ou cultural que determina as práticas de letramento. (p.15).

Para a autora, o modelo autônomo de letramento reforça a crença de poder resolver as dificuldades de comunicação oriundas da diversidade sociocultural e linguística por meio da educação formal escolar baseado principalmente na certeza de que quanto maior o nível de escolarização, melhor a performance do sujeito na comunicação. Esse modelo enfatiza a dimensão individual da aprendizagem e o letramento é concebido como um atributo pessoal.

O modelo ideológico, interpretado não como um atributo particular, mas na dimensão social, pode ainda ser visto “sob duas perspectivas, progressista ou liberal e a revolucionária ou radical” (SOARES, 2004, p. 42). Na ótica progressista ou liberal, o letramento prevê tão somente que o indivíduo desenvolva práticas sociais de leitura e escrita que o adaptem as condições do meio em que está inserido, enquanto na perspectiva revolucionária ou radical o sujeito é encorajado a interferir no contexto criando inclusive novas regras de participação.

É no âmbito do modelo ideológico de letramento, com sua possibilidade de ser transformador ou revolucionário, que percebo uma ampliação, numa visão outra das discussões sobre alfabetização. Mencione-se ainda que não apenas o uso social do código escrito (letramento) está condicionado aos aspectos culturais de um determinado grupo como a própria aquisição técnica desse código (alfabetização) se

dá necessariamente relacionada a uma maior ou menor valorização atribuída à escrita, de acordo com o contexto em que o sujeito está inserido.

Nessa perspectiva, o objeto de estudo (código escrito) pode ser trabalhado para além da decodificação, visando à interpretação e à produção de significados, pois somente dessa forma poderá contribuir para uma alfabetização e um letramento na perspectiva de iniciar a formação de um leitor/autor. Cecília Goulart (2011) ao falar sobre letramento literário, afirma que:

Podemos pensar sobre o letramento literário no sentido de que a literatura nos letra e nos liberta, apresentando-nos diferentes modos de vida social, socializando-nos e politizando-nos de várias maneiras, porque nos textos literários pulsam forças que mostram a grandeza e a fragilidade do ser humano; a história e a singularidade, entre outros contrastes, indicando-nos que podemos ser diferentes, que nossos espaços e relações podem ser outros. O outro nos diz a respeito de nós mesmos – é na relação com o outro que temos oportunidade de saber de nós mesmos de uma forma diversa daquela que nos é apresentada apenas pelo viés do nosso olhar. (*apud*, MACHADO, 2011, p. 29-30).

O letramento literário amplia o desenvolvimento do leitor no sentido de que ele compreenda os relacionamentos humanos, sendo fundamental na constituição do leitor, na formação do ser e de todos que estão inseridos no processo de aprendizagem, por isso, subsidia o aluno para que ele consiga fazer mais que uma simples leitura de um texto, posicionando-se diante dele e fazendo uma reflexão crítica, bem como questionamentos sobre a obra literária em um diálogo constante com o texto, e, por isto, torna-se imprescindível no processo educativo. É importante salientar que o letramento literário deve ser trabalhado no interior da escola afim de que a literatura seja uma experiência vivida pelos alunos, porém a literatura não deve deixar de possuir em sua essência a humanização e o prazer do leitor.

Ao falar da questão, pode-se indagar como as crianças chegam até a escola, e em que nível de letramento elas se encontram. Diante das experiências com alfabetização colocadas por Soares (2010, p.32), deve-se salientar que letramento é visto como uma forma de encontrar prazer em diferentes atos de ler, considerando os locais de leitura mais diversos e em diferentes condições, a autora define que não é só na escola que se lê.

Diante desse fato pode-se afirmar que as crianças trazem diferentes bagagens de letramento, ofertadas no ambiente familiar e social, antes de

ingressarem no âmbito escolar, sendo, portanto, umas diferentes das outras quando iniciam seu processo de alfabetização.

3.2. Letramento e Educação

Ao contrário do tradicional conceito de alfabetização, em que os alunos deveriam dominar as habilidades de leitura e escrita de forma mecânica, sem a preocupação com a capacidade de interpretar, compreender, criticar; o Letramento apresenta-se como um processo em que o ensino da leitura e da escrita acontece dentro de um contexto social e que essa aprendizagem faça parte da vida dos alunos efetivamente. As habilidades adquiridas na escola devem fazer parte das relações comunicativas dos indivíduos para educarem-se.

Assim, na busca da formar pessoas criticamente letradas, faz-se presente o letramento e suas implicações teórico-metodológicas como prática coerente para alcançar os objetivos propostos e os direitos de aprendizagem das crianças. O modo de falar, de entender e de escrever dos seres humanos é perpassado por questões psicológicas, linguísticas, cognitivas, culturais e sociais. Toda gama de conhecimento envolvida na aquisição do Sistema de Escrita Alfabética juntamente com as suas vivências de letramento podem levar a criança a se alfabetizar de forma natural sem perder o interesse pelos textos escritos.

Nesse caso, para Soares (2008, p. 8), “a invenção do letramento, entre nós, se deu por caminhos diferentes daqueles que explicam a invenção dos termos em outros países”. Apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, existe uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do letramento conduzindo a uma certa extinção do termo alfabetização, a que a autora atribui o nome de “desinvenção da alfabetização” para descrever a progressiva perda da especificidade do processo de alfabetização que vem ocorrendo nas escolas ao longo das duas últimas décadas.

Para a autora, na concepção atual, a alfabetização não precede o letramento, os dois processos são simultâneos. Nas últimas (duas) décadas, os estudos sobre o letramento se intensificaram provocando uma série de indagações e hipóteses a respeito do próprio significado, o sentido se pluralizou provocando entendimentos diferenciados.

Soares (2010) aponta que o Letramento tem um sentido ampliado da alfabetização, pois consiste em práticas de leitura e escrita, que vão além da alfabetização funcional, em que indivíduos são alfabetizados, mas não sabem fazer uso da leitura e da escrita; muitos não têm habilidade sequer para preencher um requerimento.

O processo de alfabetização pode acontecer a partir de outros suportes, como jornais e revistas, não ficando restrito apenas ao livro didático, para que as habilidades de leitura e escrita aconteçam dentro de situações reais de comunicação, sem falar na riqueza de imagens e diversidade de gêneros textuais que esses suportes apresentam, o que poderia contribuir com a visão crítica e cidadã dos envolvidos no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, Letramento não significa necessariamente o resultado de ler e escrever. “É o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2008). Como exemplo desse processo, podemos mencionar a leitura de uma história, feita pela mãe, para uma criança dormir; ou pela professora nas séries iniciais para os alunos. Essas crianças estão num processo de letramento, ou seja, estão convivendo com as práticas de leitura e escrita.

Pelo modelo autônomo, proposto por Marcushi, uma pessoa só é letrada quando alfabetizada. E as visões sobre leitura e escrita são dicotômicas, há separações rígidas. Exemplificando: nesse modelo a fala, por exemplo, é contextualizada, dependente e implícita; enquanto a leitura é descontextualizada, autônoma e explícita. No entanto, diante do modelo ideológico, a escrita é vista como um processo. É preciso que as escolas pensem no letramento ideológico, que faz a valorização da leitura e da escrita.

A criança para se alfabetizar terá que interagir com outras pessoas, ter contato com muitos textos de diferentes gêneros disponíveis na sociedade e, principalmente, produzir seus próprios textos. Na medida em que a alfabetização recebe novos entendimentos e novas dimensões, principalmente quando é compreendida como um conhecimento importante para a sociedade e, também para a inserção da criança nesta sociedade, vai exigindo uma escola mais comprometida com este entendimento, o que implica em práticas adequadas e de profissionais preparados/engajados para dar conta desta aprendizagem.

Os educadores cientes de que o acesso ao mundo da escrita é em grande parte responsabilidade da escola, têm clareza sobre a necessidade de entender a alfabetização como um conhecimento complexo, pois, à eles cabe trabalhar as múltiplas possibilidades de uso da leitura e escrita na sociedade. Neste sentido, há um movimento (embora outros o questionem) de que as práticas de alfabetização devam ser orientadas de um modo que se promova a alfabetização juntamente com a perspectiva do letramento, assim como, entre outros pesquisadores, Soares (2010), defende o uso desse exercício.

[...] implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...: habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos, habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever: atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor [...]. (SOARES, 2010, p. 92).

Embora os debates sobre esta visão de alfabetização já estejam bastante evidenciados, pelo menos na teoria, ainda há profissionais que não buscam conhecer a realidade cultural dos sujeitos em ação, e continuam ao reducionismo de que alfabetizar é somente trabalhar com o código alfabético, marginalizando com isso a criança como sujeito protagonista e coautora deste processo de aprender a ler e escrever.

A alfabetização, nesta nova perspectiva já não é mais tarefa exclusiva de único professor, mas é compromisso de toda a escola e também da própria sociedade. Atualmente o desafio é de que todos, em parceria, trabalhem juntos, produzindo didáticas de alfabetização que realmente ensinem e não permitam a criança ou o jovem sair da escola sem este conhecimento tão necessário para sua integração no mundo comandado pela linguagem.

Com a implantação do Ensino Fundamental dos nove anos, os profissionais muitas vezes perguntam se criança com idade de 6 anos já deve partir por este processo da alfabetização. Este questionamento se dá, geralmente pelos pesquisadores da infância que se preocupam com o aceleração da própria infância. No entanto, observando várias escolas, e lendo outros autores, é possível

perceber que o processo de alfabetização/letramento já ocorre desta idade na Educação Infantil. Iniciar aos seis ou sete anos, não é problema, o problema está nas metodologias que estão adequadas ao modo da criança aprender. Os professores precisam com a experiência profissional e as formações continuadas, proporcionar um ensino de qualidade na busca de uma alfabetização esperada, desenvolvendo diferentes metodologias que instiguem a criança a desvelar/ se apropriar das diferentes linguagens.

Nos dias de hoje, nos perguntamos muito, qual a educação, aprendizagem que devemos trabalhar para o desenvolvimento da criança? Como devemos alfabetizar? São perguntas que o profissional junto com a escola, precisa responder e materializar estas respostas na construção de um currículo pautado nestes sujeitos, na elaboração de propostas metodológicas, buscando, questionando, para fluir no processo de ensino-aprendizagem.

A alfabetização precisa estar centrada na compreensão e comunicação, levando em conta o processo, modo de aprendizagem das crianças e de cada criança. Independentemente do projeto que esteja sendo desenvolvido na escola, é importante que haja uma abertura para o professor e a criança desencadearem a alfabetização propriamente dita, desde que tenha sentido para a criança, pois isso é um cuidado profissional.

Enfim, faz-se necessário uma educação escolar que priorize bases teóricas, como o Construtivismo, por exemplo, que levem em consideração o letramento e a alfabetização como processos e tragam novos sentidos para o ensino-aprendizagem. Soares (2010) argumenta que é possível alfabetizar letrando por meio de práticas de leitura e escrita, com materiais de qualidade como textos de jornais, revistas, literatura infantil, que substituam as velhas cartilhas que ensinam que ‘Vovô viu a uva’ em situações que as crianças, muitas vezes, nunca viram e ao menos comeram uma uva. A autora ressalta ainda “a importância do aluno ser alfabetizado em um contexto onde leitura e escrita tenham sentido”.

IV. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Características das famílias e indivíduos com síndrome de Dawn

Para a realização desta pesquisa foram distribuídos os questionários aos pais que participaram como sujeitos, sendo 2 (duas) mães e 1 (um) pai. Para melhor compreensão, eles estão identificados pelos números de 01 a 03, onde estão destacadas 1 e 2 as mães, e com o número 3 refere-se ao pai.

Em relação a primeira mãe, identificada nesta pesquisa como Mãe 1, ela possui 39 (trinta e nove) anos de idade, cursou apenas o Ensino Fundamental completo, é doméstica e ainda trabalha com vendas. Reside na Travessa Santa Rita de Cássia, bairro centro, s/n, na cidade de Santo Antônio do Tauá. Percebe uma média salarial de um salário mínimo entre suas vendas e o benefício do Programa Bolsa. É mãe de quatro crianças, e dentre elas, seu terceiro filho é Down, hoje com 12 anos de idade, e a três na escola. Hoje está incluso na Alfabetização. Seu filho apresenta baixa estatura, forte, de cor branca, mãos curtas, boca pequena, cabelos escuros, é muito afetuoso, carinhoso, brincalhão, e em relação a sua parte cognitiva, as características mentais apontam um atraso global do desenvolvimento neuropsicomotor no mesmo. Também é observado um decréscimo de sua compreensão das coisas, ou seja, nas áreas que envolvem habilidades auditivas, visuais, de memória e de linguagem.

Para esse entendimento, o autor cita que, as pessoas com SD apresentam características semelhantes como: as mãos curtas e largas possuindo somente uma linha transversal, boca pequena, pele flácida, orelhas pequenas, pés chatos e dedo curto, cabeça com aparência arredondada, pescoço curto e seu envelhecimento costuma ser precoce. “Nenhuma criança tem todos os sinais e nenhum sinal isolado é decisivo para caracterizar o diagnóstico sendo positivo para a síndrome”. (SIQUEIRA, 2006, p. 26)

Segundo esta mãe, ao ser perguntada de como seu filho chegou na sua vida?, ela informou que “foi de uma união normal em que não esperava ter um filho especial, mas recebeu, aceita e procura ajuda-lo da melhor forma a se desenvolver e se inserir na sociedade”.

Perguntei-lhe, você sentiu alguma dificuldade de lidar com uma criança com síndrome de Down?. A mãe pronunciou que “sim”.

E, ao indagar se alguém tinha lhe ajudado no primeiro momento com seu filho, e como foi essa ajuda?. Ela pronunciou que “a ajuda foi muito pouca, no hospital que foi dito que ele era uma criança deficiente, e que eu tinha que fazer todos os acompanhamentos de rotina com ele”.

Ao ser indagada de, seu filho demorou a ir para escola, por quê?. Ela explicou que “começou a ir a escola aos 10 anos porque ele era muito doente e exigia muitos cuidados pessoais,”.

A curiosidade me levou a perguntar como a escola recebeu o filho dela?. A mãe respondeu que “sempre foi uma barreira, porque sempre dizem na escola que não tem vaga, que ele não vai aprender nada, e isso me indigna, porque sei que ele tem o direito dele de estudar, de estar na escola com outras crianças”.

No momento prossegui indagando se já enfrentou algum problema com algum dos profissionais que trabalham na escola?. Disse que “sim, vários, mas sou persistente e procuro da melhor forma esclarecer a necessidade dele e o direito de ser assistido na escola, ser alfabetizado”.

Essa fala demonstra o que cada família enfrenta ao inserir seu filho na escola para ser alfabetizado. Para entender isso, (FREIRE, 2002, p. 58) nos coloca que a relação professor-aluno, por exemplo, deve ser para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador educando; educando-educador) se encontram mediados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. (FREIRE, 2002, p. 58)

Diante disso, conversei se a escola ajudou seu filho a melhorar a vida dele?. Ela verbalizou que “sim, em muitos aspectos, porque ele é muito obediente e procura fazer do jeito que a professora orienta”. E, para isso a escola lhe ajudou

bastante a “aprender as atividades da vida diária, sua linguagem e iniciar a ler e se alfabetizar”.

Diante da colocação percebe-se que essa fase é bem nítida e marcante na criança Down, e que o período de ler, do letramento deve ser bem trabalhado para que o aluno possa desenvolver seu processo de aprendizagem dentro de seus limites mentais.

Segundo a autora, o letramento surge como uma nova visão para o processo alfabetização, a partir do qual se considera os aspectos sócio históricos da aquisição do sistema escrito de uma determinada sociedade. Assim, podemos afirmar que letramento é o processo que oferece ao aluno a possibilidade de escrever e ler a partir de sua realidade, dando sentido e significado a essa aquisição. O educando letrado é capaz de não apenas codificar e decodificar, mas de dar sentido ao que escreve e interpretar o que lê. Essa diferença entre letramento e alfabetização é confirmada quando Soares (2004, p. 97) diz que:

Alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais.

Também lhe perguntei se existe alguém em especial na escola que foi um diferencial na vida de seu filho?. Ela disse que “sim, tem, sou muito grata a uma coordenadora que me explicou muita coisa sobre a criança que nasce com Down, fui aprendendo, conhecendo mais as particularidades dele, e ela foi um anjo na minha vida”.

Finalmente lhe indaguei, o que o seu filho significa para você?. A mãe foi muito precisa em responder “é tudo, ele é o centro de tudo em nossa casa, é a benção que veio para nos tocar enquanto ser humano, valorizar o ser com todas as suas dificuldades”.

A segunda genitora caracterizada como Mãe 2, tem 41 (quarenta e um) anos de idade, possui o Ensino Médio. Reside na Rua Major Cornélio, no Bairro Pina, na cidade de Santo Antônio do Tauá. É mãe de duas crianças, sendo o segundo acometido da deficiência (Down), vive como diarista. Segundo ela ganha uma média de seiscentos reais por mês junto com o que recebe do Programa Bolsa. Seu filho está com 13 anos, é bem forte, está com estatura baixa em relação a sua idade, é

de cor branca, cabelos escuros e lisos. Está incluso na alfabetização, contudo, com muitas dificuldades mentais para progressão educacional.

Nessas colocações entende-se o que nos coloca a autora, de que as crianças com SD além de possuírem fenótipos parecidos apresentam o crescimento físico e seu desenvolvimento motor mais lento, pois seus músculos trabalham lentamente devido ao atraso no desenvolvimento mental. Crianças com Síndrome de Down têm desenvolvimento intelectual limitado, sendo que a maioria apresenta deficiência mental leve ou moderado. A mesma variação na função cognitiva, notada na população normal, também é observada na Síndrome de Down. Alguns indivíduos são mais vivos, outros já não têm a mesma vivacidade. (WERNECK, 1993, p. 63)

Ao ser indagada sobre como seu filho chegou na sua vida?. Ela colocou que, “eu não estava preparada para o nascimento de meu filho deficiente, foi difícil no início, pois não tinha nenhum conhecimento de uma criança assim, porque agente enquanto mãe não está esperando que nosso filho venha Down”.

Por conta da situação lhe perguntei, você sentiu alguma dificuldade de lidar com uma criança com síndrome de Down?. Ela disse “muitas porque desconhecia tudo que poderia ser feito”.

Também indaguei se alguém lhe ajudou no primeiro momento com seu filho? Como foi essa ajuda?. Ela explicou que “não tive diretamente uma pessoa que me ajudasse, mas fui buscando com muitas pessoas”.

Indaguei também, seu filho demorou a ir para escola, por quê?. Disse que “não demorou, é que a aprendizagem dele é muito lenta”.

Ao ser questionada como a escola recebeu seu filho?. Falou que “algumas pessoas demonstram pena, se afastam dele, outras não tem paciência, desconhecem os direitos, o que ele precisa enquanto aluno na escola, mas tem ainda aqueles que procuram se dedicar, se doar para ensinar a alfabetizar ele”.

Ao falar de alfabetização reporta-se a Soares (2004) em que define alfabetização como a ação de ensinar/aprender a ler e a escrever e letramento como estado ou condição de quem não apenas sabe ler e a escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. Nesse sentido, a alfabetização estaria relacionada à compreensão e à apropriação da natureza alfabética da língua e das regras e convenções do sistema de escrita e letramento às práticas sociais da

escrita, a mesma autora ainda completa que: Temos de alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis; ao contrário, o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita de modo que o indivíduo se torne, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”, A partir dessa perspectiva, a alfabetização estaria inserida no processo de letramento. (SOARES, 2004, p.248)

As pessoas com SD, assim como as populações “normais” precisam de um ambiente que estimule a aprendizagem, proporcionando conhecimento significativo para seu desenvolvimento cognitivo. Por isso é de fundamental importância que as pessoas com essa síndrome frequentem, o quanto antes, uma escola de inclusão, para que não ocorra comprometimento no seu desenvolvimento global e no processo de aprendizagem.

Com relação a questão, ainda lhe perguntei se enfrentou algum problema com algum dos profissionais que trabalham na escola?. Ela relatou “não”. E ainda perguntei se a escola ajudou seu filho a melhorar a sua vida?. Ela afirmou que “sim”.

Perguntei-lhe em que a escola ajudou o seu filho?. Ela assim pronunciou “a iniciar a sua socialização, a falar um pouco melhor, a se comunicar com os outros, pois é muito prejudicado mentalmente”.

Outra questão importante diz respeito a se existe alguém em especial na escola que foi um diferencial na vida de seu filho?. A genitora nos fala que “não teve uma pessoa em especial, mas que ele é muito querido na escola, as pessoas lhe dão muita atenção, carinho”.

Nessa sequência lhe perguntei sobre o que o seu filho significa para você?. A mãe relatou que “é o filho que com suas diferenças sabe dar mais amor, carinho e que me faz uma mãe mais sábia, paciente e compreensiva”.

Ao destacar a terceira genitora com a denominação de Mãe 3, a mesma possui 35 (trinta e cinco) anos de idade, informa-se que ela reside na Rua Marechal Hermes, no Bairro Moraesão, na cidade de Santo Antônio do Tauá. Estudou apenas o Ensino Fundamental, e que tem um benefício por ser doente da coluna, e também recebe o benefício do Programa da Bolsa Família de sua filha, que é a renda que sobrevivem. Sua filha de 15 anos é acometida da síndrome de Down, e encontra-se incluída em uma turma de Alfabetização na escola.

Perguntei-lhe como a sua filha chegou na sua vida?. Ela explicou “chegou em um momento de muita ansiedade, alegria, pois estava aguardando o bebe com tudo pronto para a chegada dela ao mundo”.

Prosseguindo lhe indaguei se ela sentiu alguma dificuldade de lidar com uma criança com síndrome de Down?. A mãe nos respondeu “de inicio foi muito complicado, me desestabilizou, fiquei sem chão, sem saber mesmo encaminhar as atividades da vida diária, foi um aprendizado que fez com que eu fosse organizando cada fase, passo a passo para melhor me adaptar e tornar um ambiente agradável e amoroso em casa para ela”.

Outro aspecto que muito nos instiga é se alguém lhe ajudou no primeiro momento com sua filha? Como foi essa ajuda?. A genitora informa “tive uma vizinha que é professora e que me ajudou muito no inicio, ela conversava muito comigo, ajudava a fazer as coisas para o bebê e até me acompanhou muitas vezes ao medico”.

Também lhe perguntei se sua filha demorou a ir para escola, por quê?. Ela pronunciou que “não, porque diante das orientações de minha vizinha fui aos pouco buscando os espaços que podia levá-la, mas não foi fácil”.

Para saber como a escola recebeu a filha dela?. A mãe expõe “toda mãe de aluno especial percebe a rejeição, mas temos que saber defender o espaço e o acolhimento de nosso filho deficiente”.

Por conta disso lhe indaguei se enfrentou algum problema com algum dos profissionais que trabalham na escola?. Foi assim nos dito “diretamente não, mas percebia que nem sempre minha filha era aceita nos espaços da escola”.

Fiz ainda indagação se a escola ajudou a filha dela a melhorar a sua vida?. A genitora cita “a escola foi muito importante porque aos pouco ela foi se adaptando com os colegas em sala, fazendo os contatos com outras pessoas, as amizades e isso foi um exercício diário que estimulou muito ela a estudar”.

Perguntei-lhe se existe alguém em especial na escola que foi um diferencial na vida de sua filha?. Ela descreveu que “por ser uma criança muito amorosa, dada, ela faz amigos facilmente, com isso algumas pessoas na escola se identificam muito com ela, uma delas é a coordenadora, que dá muita atenção pra ela”.

Finalmente lhe indaguei, o que a sua filha significa para você?. Ela respondeu “É uma filha que apesar de suas limitações, é muito amorosa, e não me vejo sem ela, o que sou hoje é fruto de minhas lutas e vivencias com ela”.

4.2. Processo de Letramento no contexto social

Em relação ao processo de letramento, pode-se observar que todos os sete alunos estão inclusos em turmas de alfabetização, embora se possa colocar que os alunos indicados como (Filho 1, Filho 2,), estão mais sociáveis, possuem uma compreensão mais nítida das coisas, e de aprendizagens. Reproduzem verbalmente seus nomes e as vezes seus sobrenomes, de seus pais, irmãos, tios e outros. Desenvolveram muito pouco a escrita, reproduzem seus nomes com a ajuda da tira com seu nome, sendo vasado ou não no papel cartão. Também se esforçam para ler algumas palavras. Possuem compreensão do que lhes são apresentados para fazer leitura visual.

Nesse sentido, a educação, sendo uma prática social, não pode restringir-se a ser puramente livresca, teórica, sem compromisso com a realidade local e com o mundo em que vivemos. Educar é também um ato político. É preciso resgatar o verdadeiro sentido da educação. Nesse sentido Freire diz que o ato de estudar, como ato curioso do sujeito diante do mundo, é expressão da forma de estar sendo dos seres humanos como ser sociais, históricos, seres fazedores, transformadores que não apenas sabem, mas sabem que sabem. (FREIRE, 2008, p.42)

O aluno indicado como (Filho 3), é o que está em um nível de alfabetização muito aquém do que a modalidade aponta. Esta não dispõe de uma compreensão nítida do que se pergunta, no processo de letramento, ele não possui uma compreensão adequada a alfabetização, mas é bem socializada, bem relacionada na escola.

4.3. A relação entre a escola, a família e os indivíduos com síndrome de Down

Em referência a relação da escola, família e os indivíduos com síndrome de Down, pode-se dizer que nem sempre foi de uma harmonia a iniciar pelo impacto da notícia de um filho com deficiência o que traz à tona sentimentos negativos, ambivalentes, depressão, crise e insatisfação que vezes leva a família a se

desestruturar e até o casal se separar.

A relação família-escola passa a ter grande importância no papel de inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, onde os familiares participarão ativamente do desenvolvimento educacional dos alunos especiais, favorecendo e estimulando o aluno a vencer as barreiras físicas, valorizando e incentivando o aluno a expressar-se mesmo que de maneira diferente, seus pensamentos, sentimentos e ideias. A escola tem o desafio de inserir os alunos com necessidades especiais na sociedade através de medidas educativas dentro da escola. Sendo assim, a escola deve propiciar a oportunidade de convivência entre todos os alunos, independente de suas diferenças. Para Mantoan (2003), devemos lembrar que as crianças com Síndrome de Down são ótimos imitadores e são capazes de compreender e absorver tudo o que seu meio lhe oferece. Dessa maneira, deve-se sempre compreender que a criança com síndrome de Down, tem sim suas limitações, mas também possui inteligência e capacidades.

[..] O desafio pedagógico que a inclusão nos apresenta é muito mais amplo do que se revela no interior da escola regular. Requer consciência social e política, mas especialmente uma atitude ética com esse alunado, que ao invés de se sentir acolhido, pode sentir-se abandonado em uma escola regular que não se encontra preparada para a inclusão. (PAN, 2008, p.110)

Ao incluir alunos com SD na escola, devemos lembrar que o objetivo principal não é o cumprimento da lei, mas fornecer ao aluno a verdadeira inclusão, de forma que esse aluno venha estar sentindo-se protegido e incluso, pois essas atitudes certamente facilitarão no desenvolvimento global do aluno.

Sabe-se que, os pais acabam por aceitar seu filho e adaptando a sua vida para melhor atendê-lo. Na maioria das vezes, as mães se tornam responsáveis por sua educação e os pais pelo provimento financeiro da família. Nisso, acredita-se ser importante lidar de uma forma mais realista com a situação, as quais as mães, as famílias, buscando atentar para essa relação entre famílias e crianças com síndrome de Down, buscando compreender a percepção, sentimentos e envolvimento deles frente a esta criança.

Diante do que se pôde colocar sobre cada família entrevistada, sabe-se que as características dos indivíduos são formadas da combinação entre as informações vindas dos pais por meio de suas dominâncias. A criança com síndrome de Down,

por exemplo, carrega as características dos pais e apresenta, também, as características provenientes da alteração genética, comum nas pessoas com síndrome de Down. Da mesma forma que a criança não será cópia perfeita de seus pais, isto é, algumas características físicas e psicológicas estarão presentes e outras não, as características frequentes em quem tem síndrome de Down também podem estar presentes ou não. Existem crianças que apresentam mais características físicas (fenótipo) comuns desta síndrome, e outras, nem tanto. Assim, para a confirmação de que uma pessoa tem síndrome de Down, é necessária a realização de alguns exames.

Sendo assim, se pode ter pessoas com síndrome de Down bastante diferentes entre si, tanto nas características físicas quanto na presença de patologias. Além dessas diferenças, cada indivíduo apresentará características provenientes de sua família, tornando-o mais diferente ainda. Da mesma forma, a intensidade da deficiência mental, o atraso no desenvolvimento motor e a capacidade de adaptação na sociedade são bem particulares de cada indivíduo. O desenvolvimento neurológico, psicológico e físico da pessoa com síndrome de Down sofre influência de suas características genéticas, mas será, em parte, determinado pelas oportunidades que lhes serão oferecidas no decorrer da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas não se configuram no encerramento das reflexões acerca das questões problemáticas contempladas no objeto de investigação, pelo contrário, oportuniza ampliar possibilidades de dialogar mais em outros momentos de estudo sobre o tema “Alfabetização e Letramento de alunos com síndrome de Down: um olhar a partir dos pais de uma escola pública de Santo Antônio do Tauá”.

Conforme apontou a revisão bibliográfica, a síndrome de Down foi considerada, durante muitas décadas, como uma deficiência mental severa com prognóstico impreciso e negativo que implicou uma visão distorcida e pessimista sobre aqueles que apresentam essa alteração genética. À medida que novas pesquisas foram surgindo, verificou-se que existem pessoas com essa síndrome em que o atraso cognitivo é tão pequeno que se encontram no limite da normalidade, e outros em que a deficiência mental se manifesta com um grau mais comprometido; no entanto, é porque essa síndrome tem associada uma patologia de caráter neurológico ou porque o aluno se encontra isolado e privado de um contexto com os pais e escolar rico em estimulações. Portanto, fica evidente que muitos são os fatores que desencadeiam diferentes situações de aprendizagem escolar desses alunos e o professor deve conhecer a potencialidade de cada aluno com base em seu desenvolvimento.

Entende-se com o estudo que a percepção do mundo, para os seres humanos, dá-se através dos sentidos: audição, tato, paladar, olfato e visão. A união e o estímulo desses sentidos facilitam o processo de aprendizagem de toda a criança e inclusive do Down, pois o conhecimento do mundo chega por meio desses sentidos, sendo captado por células sensoriais e, posteriormente, interpretado pelo cérebro. Dessa forma, o corpo estabelece-se como o principal instrumento de aprendizagem e assim, a alfabetização e o letramento podem ser desenvolvidos.

Sabe-se da importância da participação dos pais na educação dos alunos com síndrome de Down, uma vez que se apresenta como uma necessidade contemporânea e desejada por todos que fazem parte do contexto escolar.

Esta pesquisa se deu em uma escola no município de Santo Antônio do Tauá, no Estado do Pará – PA, com 03 pais como sujeitos que afirmam que com o uso de

atividades práticas de caráter lúdico, estimulam o gosto do aluno pela aprendizagem, que se explora a maior parte dos sentidos sensoriais ao mesmo tempo, ou seja, permite tornar maior a porta de entrada do mundo exterior, facilitando a interpretação do cérebro no processo cognitivo do Down.

Pode-se afirmar que se atingiu o objetivo geral, uma vez que se buscou analisar, segundo o discurso dos pais de alunos portadores da Síndrome de Down, se durante o processo de alfabetização e letramento esses estudantes tem obtido êxito social e na aprendizagem na escola, e as respostas foram positivas.

E também se atingiu aos objetivos específicos na pesquisa, em que se assegura que ao fazer as entrevistas com os sujeitos 'in loco', verificou-se no relato dos pais que os procedimentos estratégicos-metodológicos desenvolvem a alfabetização e letramento dos alunos portadores da Síndrome de Down; Discutir o processo de alfabetização e letramento de alunos com Síndrome de Down.

A partir dessas reflexões sobre o processo de letramento na Educação Infantil, enfatizamos a importância de se trabalhar o letramento na sala de aula. Letrar é entrar no mundo da criança e, junto com ela, aprender a leitura e a escrita que seu contexto oferece. À medida que se conhece seu mundo, é possível ampliá-lo, oferecendo novas propostas, maneiras e diferentes tipos textuais.

Para que o processo de letramento ocorra, é preciso, portanto, levar em consideração a cultura em que a criança está inserida, adequando-a aos conteúdos a serem trabalhados, às produções de diferentes gêneros textuais e à sua utilização social, tendo como estratégia uma linguagem interativa, criativa e descobridora, abandonando os métodos repetitivos e descontextualizados. Assim, ao utilizar as práticas sociais para aquisição da leitura e da escrita, a criança vivencia o conhecimento, interpretando diferentes contextos que circulam socialmente, aprendendo, dessa forma, a relacioná-los com diferentes situações.

Vale ressaltar que o papel da escola e do professor torna-se, então, de suma importância, pois é tarefa de ambos mostrar o quanto são grandes as possibilidades de escrita e como ela está presente socialmente nas suas várias funções. Isso contextualiza a aprendizagem e desperta na criança o sentimento da importância de ser inserida na sociedade. O educador como mediador, que parte da observação da realidade para, em seguida, propor respostas diante dela, estará contribuindo para a

formação de pessoas críticas e participativas na sociedade e para uma prática significativa, em que o professor planeja suas aulas com coerência, visando à construção de conhecimentos com os alunos.

Nessa perspectiva, a aquisição do código escrito passa a ser compreendida como atividade de expressão, comunicação e registro de experiências, conectando a escrita ao mundo real da criança, sem separar algo que está social e culturalmente interligado. Dito isso, o ensino da leitura e da escrita deve ser entendido como prática de um sujeito agindo sobre o mundo para transformá-lo, afirmando, dessa forma, sua liberdade e fugindo da alienação.

Por meio deste estudo chega-se a conclusão de que a Síndrome de Down não é uma doença, mas uma malformação congênita que pode ocorrer em qualquer família indiferente de raça, cor, classe social e espaço geográfico. Ainda não foi possível descobrir ou comprovar cientificamente que causas podem fazer com que as mulheres gerem um bebê com Síndrome de Down, porém, acredita-se que a idade materna tem influência neste acontecimento, ou seja, as mulheres acima de 35 anos têm mais probabilidade de gerar um filho com a síndrome.

Por fim, cabe dizer que as crianças precisam ser estimuladas, o convívio com os pais deve ser tranquilo e deve-se buscar a inclusão social, visto que têm potencial para superar seus limites, só precisam de alguém que acredite e que as ajude a acreditar em si mesmas, a desenvolver a sua autoconfiança.

Dessa forma, destaca-se claramente a riqueza que é ter os pais por perto dos alunos, e isso é muito defendido pelos autores aqui usados. Mas percebe-se que muitas vezes, a falta de participação pode ser vista como falta de diálogo como colocado pelos pais, como se incomodasse ou interferisse no processo.

Portanto, pode-se dizer ao encerrar este trabalho, que o envolvimento dos pais no processo educacional da criança melhora a aprendizagem, a imagem da escola e o seu vínculo com a comunidade. Tal envolvimento significa uma educação de sucesso apoiada nessa relação, já que não se aprende só na escola. Nesta, aprende-se a aprender, mas para aprender o indivíduo deve ser estimulado por um meio ambiente favorável, sendo que é com os pais que os alunos adquirem os modelos de comportamentos que exteriorizam na sala de aula.

Finalmente, nada melhor de que as instituições trabalhem juntas para que o processo de formação educacional do aluno Down seja significativo e eficaz, pois ao acreditar nessa parceria, é procurar seguir exemplos daqueles que com muito trabalho e força de vontade conseguem fazer um trabalho exitoso com os pais na escola.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 32ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FUNDAÇÃO Síndrome de Down. **O que é Síndrome de Down**. Disponível em: <http://www.fsdown.org.br/sobre-a-sindrome-de-down/o-que-e-sindrome-de-down/>. Acesso em: 02 Fevereiro de 2018.

GOULART, Cecília M. A. **Questões de estilo no contexto do processo de letramento: crianças de 3ª série elaboram sinopses de livros literários**. In: PAIVA, Jane, et al. Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – O jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FaE/UFMG, 2005. 36 - 49 p.

_____. **Letramento e modos de ser letrado**: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. Revista Brasileira de Educação, v.11, n.33, p.450-460, set/dez.2006.

KLEIMAN, Ângela B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995. São Paulo, Contexto, 2008.

MACHADO, Mirian Raquel Piazzzi. Alfabetização e Letramento Literário no 2º ano do Ensino Fundamental de Nove Anos: Funções e Usos da Literatura Infantil. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP). Presidente Prudente: 2011. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/2011/diss_miriam.pdf>. Acesso em: 02 fevereiro 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças**. In: Revista Nova Escola. (n. 182. Mai. 2005).

_____. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. In: RODRIGUES, D. Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTTA, Paulo Armando. **Genética humana: aplicada a psicologia e toda a área biomédica**. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

MOVIMENTO down. **Educação inclusiva no Brasil**. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/educacao/educacao-e-sindrome-de-down/>. Acesso em: 02 Fevereiro de 2018.

PAN, Miriam Aparecida G. de Souza. **A deficiência Intelectual e a Educação Contemporânea**. In: FACION, José Raimundo (org.). *Inclusão escolar e suas implicações*. Curitiba: Ibpex, 2008. p. 78 – 134.

PIATO, Sebastião. **Complicações em obstetrícia**. São Paulo: Manole, 2009.

PUESCHEL, Siegfried(Org.). **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. 4^o ed. São Paulo: Papirus, 1993.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8^a ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SIQUEIRA, Valéria. **Síndrome de Down: Translocação Robertsoniana**. Rio de Janeiro, Rev. Saúde e Ambiente, Duque de Caxias, Vol.1, n.1, p.23-29, jan-jun. 2006.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de educação, nº25, jan/abr, 2004. Disponível em: <www.amped.org.br/rbe.ampedn25.art01.pdf>. Acesso em: 02 Fevereiro de 2018.

_____. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos**. Revista Pátio, v. 29, p. 96-100, 2004.

_____. **Alfabetização e Letramento**. 5^a ed., São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Alfabetização e letramento na educação infantil**. Revista Pátio Educação Infantil – Ano VII – Nº 20 – Oralidade, alfabetização e letramento Jul/Out, 2009.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4^a Ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: Espanha, 1994 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 02 fevereiro. 2018.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000108.pdf>> Acesso em: 02 fevereiro. 2018.

WERNECK, Cláudia. **Muito prazer, eu existo**: um livro sobre as pessoas com síndrome de Down. Rio de Janeiro – RJ: WVA, 1993.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Idade: _____ . Profissão: _____

Média salarial: _____ Local de moradia _____

1 – Como o (a) seu (a) filho (a) chegou na sua vida?

R: _____

2 – Você sentiu alguma dificuldade de lidar com uma criança com síndrome de Down?

R: _____

3 – Alguém lhe ajudou no primeiro momento com seu filho (a)? Como foi essa ajuda?

R: _____

4 – Seu (a) filho (a) demorou a ir para escola, por quê?

R: _____

5 – Como a escola recebeu seu (a) filho (a)?

R: _____

6 – Você enfrentou algum problema com algum dos profissionais que trabalham na escola?

R: _____

7 – A escola ajudou seu filho a melhorar a sua vida?

R: _____

8 – Em que a escola ajudou o (a) seu filho (a)?

R: _____

9 – Existe alguém em especial na escola que foi um diferencial na vida de seu filho (a)?

R: _____

10 – O que o (a) seu (a) filho (a) significa para você?

R: _____

